

CAMINHO DA
MEMÓRIA

Theodora Henriques Martins

CAMINHO DA MEMÓRIA

Proposta de Intervenção na Costa da Lagoa em Florianópolis (SC)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Curso de Arquitetura e Urbanismo da Uni-
versidade do Sul de Santa Catarina

Orientadora: Veridiana Atanásio Scalco

Florianópolis
2018

Resumo. O presente trabalho apresenta uma proposta de intervenção para o Caminho da Costa da Lagoa, Florianópolis, Santa Catarina.

Pautando-se na memória cultural e a riqueza da dinâmica local, os espaços propostos são respostas às necessidades latentes de cada lugar, as intervenções servem de amparo para atuar como um eco do que o público deseja, incitando a apropriação, a fruição, a desaceleração, encontros, sociabilização, o lúdico, os conflitos e mais tudo aquilo que um espaço público humanizado pode ser palco.

Palavras chaves. Arquitetura, Costa da Lagoa, Cultura, Memória, Identidade, Patrimônio

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	1	6. REFERENCIAS PROJETUAIS	29
2. PROBLEMÁTICA	2	6.1 Parque Ecológico	29
3. OBJETIVOS	2	6.2 Pavilhão Japonês	31
4. METODOLOGIA	3	6.3 PF1	32
5. REVISÃO DE LITERATURA	3	6.4 Matrix	33
5.1 Percepção da Paisagem	4	6.5 Galeria Lygia Pape	34
5.2 Paisagem Cultural	7	6.6 Mulini Vivu	35
5.3 Patrimônio Cultural	9	6.7 Luz de Shodoshima	36
5.3.1 Definições e conceitos	10	7. DIAGNÓSTICO	37
5.3.2 Formas de proteção	11	7.1 Localização	37
5.4 Urbanização de Encostas	13	7.2 Histórico	39
5.5 Acessibilidade	15	7.3 Legislação	42
5.6 Intervenções	18	7.4 Usos e Equipamentos Urbanos	44
5.6.1 Urbanismo tático	19	7.5 Patrimônio	49
5.6.2 Placemaking	23	7.6 Acessos e Fluxos	51
5.6.3 Arquitetura efêmera / Temporalidade	25	7.7 Aspectos ambientais	53
5.6.4 Antimuseus	27	7.8 Infraestrutura urbana	54
		7.9 Visão Seriada	55
		8. PARTIDO GERAL	61
		9. CONSIDERAÇÕES FINAIS	94
		10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	95

atravessar	um território	caminhar
abrir	um sendeiro	
reconhecer	um lugar	
descobrir	vocações	
atribuir	valores estéticos	
compreender	valores simbólicos	
inventar	uma geografia	orientar-se
conceder	os topônimos	
descer	um barranco	
subir	uma montanha	
traçar	uma forma	
desenhar	um ponto	
pisotear	uma linha	perder-se
habitar	um círculo	
visitar	uma pedra	
relatar	uma cidade	
percorrer	um mapa	
perceber	os sons	
guiar	os odores	errar
observar	os espinhos	
escutar	os buracos	
celebrar	os perigos	
navegar	um deserto	
cheirar	uma floresta	
adentrar	um continente	imersão
encontrar	um arquipélago	
hospedar	uma aventura	
medir	um entulhamento	
captar	alhures	
povoar	sensações	
construir	relações	vagar
achar	objetos	
pegar	frases	
não pegar	corpos	
perseguir	pessoas	
assediar	animais	
entrar	num buraco	penetrar
interagir	um engradado	
escalar	um muro	
pesquisar	um recinto	
seguir	um instinto	
deixar	um trilho	
não deixar	rastos	ir adiante

Fig. 01
Caminhar, orientar-se, perder-se, errar, imergir-se, vagar, penetrar, ir adiante.
Francesco Careri.
In: Walkscapes

1. INTRODUÇÃO

Em diálogo com a memória, citada no título deste trabalho, o caminho sugere lugares que estabeleçam relações: culturais, experimentais, nostálgicas e reflexivas.

A proposta de se pensar uma “trama de acontecimentos” a partir do Caminho da Costa da Lagoa, o qual já possui marcas consagradas de momentos singulares da sua história, pode ser fundamentada a partir de táticas urbanas. A complexidade e dinamismo do caminho como local de acesso, passagem, lazer, cultura, reflexão, e como utilizar as intervenções para questionar esses fazeres de forma não convencional por meio da arquitetura e urbanismo, dando um enfoque plural.

A intenção nessa prática é de criar um espaço catalisador, de modo que o espaço que hoje é meramente contemplativo seja um campo de experimentação. O caminhar coloca-se aqui como um ato crítico e sensorial. É por meio do caminhar que ocorre a cumplicidade do corpo (eu) com o corpo (meio), ambos porosos.

Com o olhar voltado para o caminho da Costa da Lagoa, tombado como patrimônio cultural, bem como os pequenos lugares inseridos nele que estão ora escondidos, ora esquecidos ou sendo apagados de vez pelo tempo, busca-se portanto trazê-los de volta ao cotidiano.

Dentre esses lugares inseridos no caminho, encontra-se um sobrado de 1780 construído por escravos na época colonial, um engenho que ainda se encontra em pé, oficinas líticas, estruturas de casas antigas e o próprio piso de pedra original do caminho, por onde passavam os primeiros moradores da Costa. Estes remanescentes estão se perdendo devido a ação de tempo e da natureza, mas principalmente devido a falta de normatização para a manutenção e proteção adequada ao caminho que é patrimônio.

Consta neste trabalho um ensaio experimental para um desenvolvimento da região a partir do seu caminho, de forma que não há uma “receita” para empregar intervenções, principalmente em uma área tão singular como a Costa da Lagoa. As táticas buscam valorizar a cultura e a memória local e com esse potencial beneficiar a comunidade da costa, sempre enaltecendo seu acervo histórico e natural. As intervenções devem ser compreendidas como uma trama, devem estar conectadas de forma a contemplar toda a extensão e os recursos utilizados para valorizar cada ponto escolhido.

2. PROBLEMÁTICA

A arquitetura de pequeno porte mas com grande força e significação me instiga. Um pequeno recorte na paisagem pode modificar a dinâmica do espaço e a forma como aqueles que o usufruem o percebem e se apropriam.

Quando falamos em espaços de cultura, reflexão e memória diretamente pensamos em grandes museus, teatros e bibliotecas no centro das cidades. Essa grandeza e magnitude gera um distanciamento e intimidação, indo na direção contrária do objetivo de espaço de arte para todos. Os espaços de cultura, em sua maioria, não respondem aos anseios e a dinâmica de movimentação das pessoas nesses espaços. Estamos perdendo a conexão e o reconhecimento da importância de espaços portadores de memória histórica e cultural. Como forma de restabelecer essa conexão entre pessoas, meio e arquitetura, o percurso que funciona como uma “trama de acontecimentos” busca instigar a reflexão acerca da paisagem cultural, da memória coletiva e individual.

Criar lugares compartilhados, abertos, flexíveis para apropriações me parece uma boa solução a partir de um pequeno gesto que pode gerar uma grande mudança.

3. OBJETIVOS

Objetivo Geral:

Desenvolver um projeto de baixo impacto ambiental na Costa da Lagoa em Florianópolis visando qualificar os elementos pré existentes que compõem a paisagem cultural local, como o caminho e o casarão Dona Loquinha de 1780.

Objetivos Específicos:

- Realizar uma pesquisa bibliográfica, com o propósito de compreender melhor o patrimônio histórico, a paisagem cultural, as comunidades em áreas de encostas, e a memória afetiva
- Realizar coleta de dados junto aos moradores do local a fim de delimitar os pontos de intervenção e entender as necessidades locais
- Elaborar o diagnóstico da área através de pesquisas e análises
- Desenvolver uma proposta de projeto, definido os sistemas e materiais construtivos adequados ao local

4. METODOLOGIA

O desenvolvimento do trabalho se deu em etapas apresentadas de forma linear, embora compreendidas simultaneamente: Revisão de Literatura, Referências Projetuais, Diagnóstico da Área e por fim as Propostas de Intervenção.

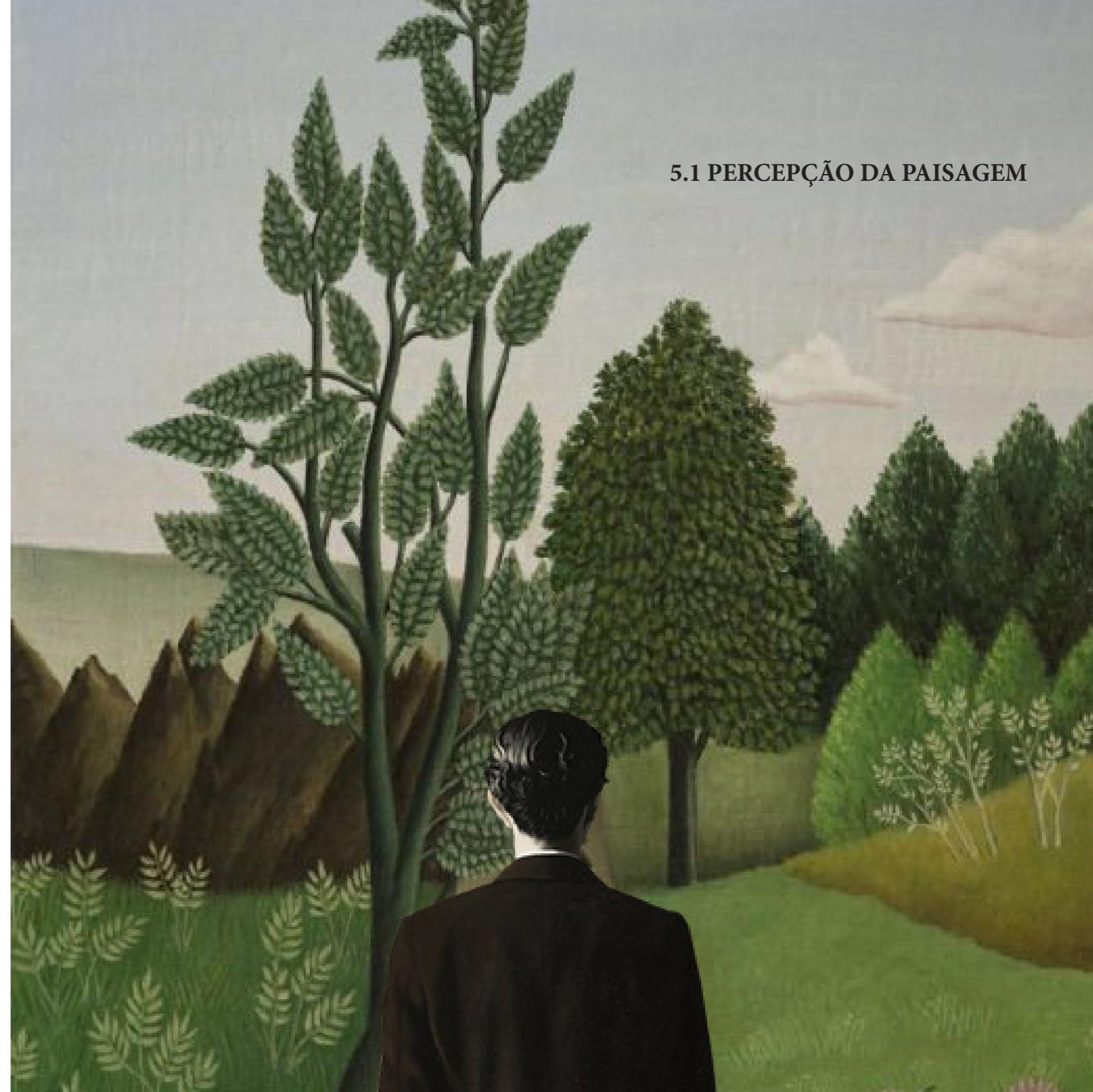
A primeira etapa de revisão literária, consiste em uma pesquisa teórica a respeito dos conceitos levantados, por meio de livros, artigos e acervos online, para melhor compreensão e embasamento do estudo. Em seguida serão estudados referências projetuais, as possibilidades de formas de implantação, diferentes técnicas construtivas e a interação da arquitetura com os usuários e o meio inserido.

O método utilizado para o diagnóstico da área se deu por uma análise empírica do local. Observações, caminhadas, investigações sobre resquícios históricos, conversas com moradores, mapeamentos e fotografias foram os instrumentos empregados no levantamento.

A partir de todos os assuntos levantados e compreendidos, a delimitação de pontos de interesse para a elaboração da proposta de intervenção se torna possível. Por fim será proposto intervenções ao longo do caminho.

5. REVISÃO DE LITERATURA

5.1 PERCEPÇÃO DA PAISAGEM



“Perder-se significa que entre nós e o espaço não existe somente uma relação de domínio, de controle por parte do sujeito, mas também a possibilidade do espaço nos dominar”.

(CARERI, Francesco, 2013).

Como percebemos a paisagem, o entorno e como nos relacionamos com ele?

Santos (1988) afirma que tudo que a nossa visão alcança é paisagem e que a percepção vai além dos volumes: é composta por cores, movimentos, aromas, sons, entre outros. No entanto a visão é relativa, depende da altura em que estão os nossos olhos, se estamos a pé, dentro de um avião, em um miradouro a percepção é diferente e a paisagem toma escalas distintas.

A percepção acontece através dos sentidos (sensações), transmitindo os impulsos recebidos ao cérebro. Os sentidos fazem parte do aparelho perceptual, pois estabelecem a conexão e acionam o sistema nervoso (BINS ELY, 2003). Estamos o tempo todo recebendo milhares de estímulos, os receptores especializados (sentidos) selecionam alguns que tenham chamado atenção, resultando na percepção (formação da imagem) e a consciência (formação do pensamento e sentimento). Ambos desencadeiam uma resposta: o que chamamos de comportamento espacial, complementa Okamoto (2002).

Esses filtros que selecionam apenas alguns estímulos, estão relacionados com aptidões e/ou deficiências de cada pessoa, como, por exemplo uma pessoa daltônica não enxerga algumas cores e fumantes têm seu senso de olfato reduzido. Cada pessoa possui uma interação com um espaço, portanto tem uma experiência diferente. A partir da influência dos desses filtros, “[...] pode-se dizer que o comportamento humano é um comportamento simbólico: o homem age em função dos significados que imprime à realidade [...]” (OKAMOTO, 2002, p. 70-71).

Okamoto (2002) divide as formas de percepção em seis classificações

- sentido perceptivo (os cinco sentidos);
- sentido espacial (movimentos e relacionando ao equilíbrio e gravidade);
- sentido proxêmico (pessoal, territorial, privado);
- sentido pensamento (abdução que corresponde ao mito, metáfora, alegoria, arte, estética, religião, etc.);
- sentido da linguagem (não verbal ou corporal);
- sentido do prazer

A forma como interagimos e percebemos o meio está diretamente ligada com o aparelho cognitivo, que é a nossa capacidade de processar e assimilar informações que recebemos de diferentes meios (percepção, sentidos, crenças) e converter em conhecimento. A memória cognitiva nos permite criar um senso de identidade. Pessoas diferentes apresentam diversas versões do mesmo fato. Por exemplo, coisas um astrônomo vê, outros podem não ver ou o compreendem de maneira distinta.

“A percepção é sempre um processo seletivo de apreensão. Se a realidade é apenas uma, cada pessoa a vê de forma diferenciada; dessa forma, a visão pelo homem das coisas materiais é sempre deformada. Nossa tarefa é a de ultrapassar a paisagem como aspecto, para chegar ao seu significado. A percepção não é ainda o conhecimento, que depende de sua interpretação e esta será tanto mais válida quanto mais limitarmos o risco de tomar por verdadeiro o que é só aparência.”
(SANTOS, 1988, p. 21)

A paisagem tem um significado genérico, no sentido que ela não é uma cena estática, ela é uma generalização a partir de cenas individuais. Portanto tentar descrever uma paisagem é como pintar uma tela de uma paisagem, que terá validade limitada.

Para compreender a definição de espaço e lugar, é necessário inferir que o espaço nada mais é que um lugar de informação, é a junção de vida social e ambiente físico, onde “usos e hábitos constituem a manifestação concreta do lugar urbano, na mesma medida em que o lugar é manifestação concreta do espaço. Usos e hábitos, reunidos, constroem a imagem do lugar” (FERRARA, 1999, p. 153).

O lugar não é, portanto, fruto somente das necessidades básicas, necessitamos de um lugar de abrigo e proteção, onde criamos vínculos. A partir da personalização desses espaços nos familiarizamos com o lugar, criamos identidade com o novo ambiente quando relacionamos à algo que já foi experienciado anteriormente. Portanto a nossa percepção e afeição com um lugar não é a verdadeira realidade pois está sob influência direta de outros contextos já experienciados, de conceitos e crenças singulares de cada pessoa. Podemos relacionar espaço e lugar, onde lugar representa a segurança e o espaço a liberdade: estamos ligados ao primeiro e desejamos o outro.

5.2 PAISAGEM CULTURAL

“Paisagem Cultural Brasileira é uma porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores.”
(IPHAN,2009)

A união da cultura de um povo com o seu meio natural resulta na paisagem cultural. Esse conceito cabe às mais diversas paisagens típicas brasileiras: o cerrado e o candango, os pampas e os gaúchos, a caatinga e o sertanejo, o mangue e os pescadores e seus barcos, as riquezas e tradições das matas e os indígenas.

A adoção desta nova categoria no Brasil deu-se sob a influência das práticas internacionais que estavam ocorrendo sobre o tema. Em 1992 a UNESCO retoma o debate iniciado em 1937 a partir da criação do livro do tombo mas somente em 2009 o IPHAN adota a paisagem cultural como novo conceito de tipologia cultural e a regulamenta como instrumento de proteção da paisagem brasileira através da Portaria n° 127.

A conceituação a respeito da paisagem é uma tarefa laboriosa pois abarca assuntos multidisciplinares (geografia, arqueologia, arquitetura, antropologia, entre outros), e requer discussões a respeito de estratégias para tratamento dessa categoria especial de patrimônio.

A noção leiga a respeito da paisagem é de que ela funciona como mera composição para as arquiteturas, como se fosse uma moldura para a real obra de arte que seria construída na paisagem natural. Hoje, como reflexo dessas atitudes, muitas paisagens perderam

suas características ou foram totalmente ocultadas por altos edifícios, consequência de uma ação antrópica desenfreada e inconsciente. Com o reconhecimento da paisagem cultural temos uma relação “homem x natureza” mais consciente.

“O entendimento de paisagem não se limita ao espaço, muitas vezes o seu maior protagonista é o homem, a ação temporal é marcada na paisagem dando um novo valor patrimonial. “[...]Técnicas materiais, crenças religiosas e ideológicas perpassam cada paisagem. A paisagem é uma chave para a compreensão do passado, do presente e do futuro.” (DELPHIN, 2004, pág. 5)

O Saveiro de içar vela bahiano é um grande exemplo de paisagem cultural brasileira.



Fig. 02 Saveiro do recôncavo baiano - referência nas obras de Jorge Amado Fonte: André Gonçalves, 2008

5.3 PATRIMÔNIO CULTURAL, MÊMORIA E IDENTIDADE

“A cultura e a memória de um povo são os principais fatores de sua coesão e identidade, os responsáveis pelos liames que unem as pessoas em torno de uma noção comum de compartilhamento e identidade, noção básica para o senso de cidadania.”(DE LUCA, 2007)

5.3.1 DEFINIÇÕES E CONCEITOS

Patrimônio cultural é o conjunto ou um bem individual que carrega um valor de identidade, de ação ou de memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira. Pode ser definido como bem imaterial ou bem material, o primeiro compreende os saberes, as crenças, receitas, rituais, festas, tudo relacionado aos conhecimentos enraizados de um povo e sua memória oral. Os bens materiais compreendem paisagens, sítios arqueológicos e produções artísticas. Este pode ser dividido em bens móveis - artefatos arqueológicos, esculturas, produções pictóricas, objetos - e imóveis - sítios arqueológicos e paisagísticos, conjuntos urbanos e edifícios individuais.

O reconhecimento do patrimônio é uma das formas mais seguras e simples de manter vivo os vínculos de uma identidade coletiva e suas origens comuns e assegurar que sejam preservadas para as próximas gerações. De Luca (2007) complementa que devido a dinâmica acelerada do urbanismo contemporâneo, a preservação do patrimônio cultural é uma forma de salvaguardar as manifestações culturais, melhorando a qualidade de vida da comunidade e garantindo o exercício da cidadania.

As transformações no valor que a sociedade atribui ao patrimônio são muitas vezes manipuladas por uma indústria cultural de massa, com identidades forjadas para consumo. A transformação do patrimônio cultural em um espaço que visa enriquecimen-

to econômico apenas, desencadeia uma imparidade afetiva no que antes era um elo entre habitantes e o lugar. Temos que compreender o patrimônio como memória viva e respeitá-lo.

Os espaços construídos, enquanto portadores de vestígios de acontecimentos históricos, podem servir de base inspiradora na concepção de um lugar que não seja um mero suporte edificado, mas que também incite uma discussão a respeito da memória coletiva ou a introspecção da memória individual.

Lynch (1975) aspira que a memória seja representativa tanto no patrimônio quanto nas lembranças que as pessoas têm. “(...) dar a um lugar um caráter específico e memorável no qual o usuário poderá conectar seus pensamentos, sentimentos e a si mesmo.(...) Então poderíamos começar a comemorar as histórias das pessoas comuns em lugares comuns”(LYNCH, 1975 apud BANERJEE & SOUTHWORTH, 1991, p. 630 e 633).

Por fim a riqueza tradicional de uma comunidade “(...) cuja relação com lembranças de lendas e tradições da vida cotidiana é tão forte e tão direta que permite explorar uma pequena distinção, induzindo-nos a chamar a este tipo de lugares, lugares da memória tradicional.”(CASTELLO, 2005, p. 27)

5.3.FORMAS DE PROTEÇÃO

É interessante questionarmos a patrimonialização dos bens culturais, que muitas vezes na intenção de preservar esses espaços, acaba enrijecendo-os pela falta de normatizações claras, de comprometimento por parte de quem tomba o patrimônio ou o pouco interesse em entender a real importância do espaço para a memória coletiva e as vastas possibilidades que esses espaços podem proporcionar para a comunidade.

Ao patrimonializar as memórias elas tendem a resultar em uma afirmação única a respeito da história, rompendo com a multivocalidade do patrimônio.

“Vozes alternativas sobre o passado são reprimidas. Inserem-se então na disputa entre o que deve ou não ser rememorado, podendo resultar por meio de sua mercantilização em um processo de banalização da memória.” (HOFFMAN, 2015)

Queremos o nosso patrimônio materializado na paisagem, preservado em museus ou vivo na cultura e no cotidiano dos lugares?

Em 1972, a Conferência Das Nações Unidas Sobre o Meio Ambiente, reunida pela ONU, resultou na Declaração de Estocolmo. A discussão foi pioneira nas tentativas de atenuar a relação conflitante do homem com o Meio Ambiente e elaborar estratégias para um equilíbrio entre crescimento econômico e proteção ambiental.

Baseggio (2017) comenta sobre como a experiência prática das políticas ambientais no Brasil nas últimas décadas afeta somente alguns grupos singulares. As aplicações das leis de proteção ambiental, feitas de forma generalista, não abraçam as dinâmicas de vida das comunidades tradicionais que se inserem em espaços dotados de valor cultural, portanto essa aplicação difusa das medidas de resguardo afetam diretamente o equilíbrio da vida tradicional. Os aspectos culturais acabam sendo suprimidos pelo valor ambiental.

Um instrumento que protege o patrimônio cultural de forma mais equilibrada e conjunta é chancela. Segundo o artigo quarto da Portaria nº 127/09 do IPHAN a chancela deve ser um acordo entre poder público, sociedade civil e a iniciativa privada, pois somente com uma gestão compartilhada os interesses de todos serão contemplados de forma coerente. A chancela deve ser entendida como um instrumento de gestão compartilhada ademais de um instrumento de proteção território cultural. A gestão conjunta terá como resultado a instauração da chancela, e não

o processo contrário. Os diferentes agentes devem traçar estratégias de atuação de curtos médios e longos prazos, assegurando a cultura tradicional do território.

“A chancela é uma espécie de selo de qualidade, um instrumento de reconhecimento do valor cultural de uma porção definida do território nacional, que possui características especiais na interação entre o homem e o meio ambiente. Sua finalidade é atender o interesse público por determinado território que faz parte da identidade cultural do Brasil. A paisagem chancelada pode usufruir do título desde que mantenha as características que a fizeram merecer esta classificação, sendo, por isso necessário desenvolver um Plano de Gestão.” (IPHAN, 2009, p.18)

A chancela vem portanto como um instrumento inovador o qual permite que os diversos agentes que tenham afinidade com a paisagem cultural a ser chancelada participem e proponham mecanismos de preservação, e que as atribuições não caiam apenas ao órgão concedente do título.

5.4 URBANIZAÇÃO DE ENCOSTAS

“Ambiente e paisagem são desconsiderados no projeto das cidades brasileiras. Desde a chegada dos primeiros colonizadores europeus, cenários de serras e colinas são enaltecidos, mas a urbanização contemporânea camufla a forma dos sítios e degrada o hábitat urbano.”
(AFONSO, 2001, p.44)

A urbanização em áreas de grande declividade tem seus desafios nas questões de aplicar uma infraestrutura de qualidade, desde os limitados acessos, a dificuldade de transporte de materiais e mão de obra morro acima e da própria acomodação das edificações no terreno. Em geral essas ocupações costumam ser em áreas de preservação, sendo áreas de risco tanto para a população, com riscos de deslizamentos, quanto para a natureza que sofre que com práticas danosas. É necessário dar um fim às terraplanagens sem critérios, às aberturas de caminhos sem planejamento, à ocupação indiscriminada e aos desmatamentos em encostas com grandes inclinações e seus topos de morros.

No entanto, sabemos que uma parte significativa da população brasileira ocupa essas áreas, então cabem alguns questionamentos: Por que essas áreas são ocupadas pelas pessoas mesmo sabendo dos riscos e proibição? Por que o Poder Público, que protege o meio ambiente, não cria propostas de realocação dessas famílias? Por que, mesmo com tantos imóveis vazios e abandonados nas cidades há tantas pessoas sem moradia?

A realidade é que a construção nas áreas de preservação acontece de forma muito rápida, sem a logística necessária para uma estruturação de qualidade. As obras são feitas dessa maneira para evitar embargo por parte dos órgãos de fiscalização ambientais.

“O Brasil é um dos países com maior desigualdade em matéria de concentração de terras. Quantos espaços passíveis de proteção ambiental não o são simplesmente por estarem em posse de grandes figuras do cenário econômico ou político? Ainda, qual o lugar da espécie humana? Somos originários do processo evolutivo e da natureza como qualquer outra espécie. O isolamento em função da proteção é uma medida, no mínimo, ignorante.”
(BARROS, 2016, p.24).

Fica evidente a necessidade de rever a forma de conter ocupações informais e pensar em maneiras de diminuir os impactos dessas construções, com melhorias projetuais a partir de trocas de conhecimento técnico e pedagógicos. Barros (2016) traz à tona a Resolução 369 de 2006 do CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente), a qual “Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente-APP” (CONAMA, 2006). Na Seção IV da mesma resolução, discorre-se os requisitos necessários para que o processo seja regularizado no órgão competente.

5.5 ACESSIBILIDADE

Acessibilidade é tornar os espaços inclusivos a todos os indivíduos independente de suas limitações físicas, sensoriais e intelectuais. A acessibilidade urbana é um grande desafio perante a forma como as cidades já estão consolidadas e pela falta de espaços hábeis para inserção de rampas e outros métodos. Acessibilidade em áreas de encostas e em centros históricos é um desafio ainda maior.

Em geral os acessos em espaços íngremes, sobretudo no Brasil, são descontínuos, hora se iniciam com rampas, depois há somente escadas, outras vezes não há nenhuma estrutura que demarque o caminho, e quando há costumam se afunilar conforme a subida.

Não podemos esquecer que a inclusão nesses espaços não se delimita em calçadas bem feitas e rampas com a inclinação correta, mas pensar também a acessibilidade nas intervenções propostas, integrando o usuário com o espaço de forma sensorial.

“O percorrer, o escutar, o ver e o tocar destes corpos e destas deficiências são enriquecedores tanto no nível teórico quanto no nível prático; é o ter acesso, o caminhar, o ver, o ouvir, o cheirar, o sentir, o tocar, o perceber e o descrever de infinitas maneiras diferentes como é a própria natureza humana.”

(CARDOSO; CUTY, 2012, p. 131)

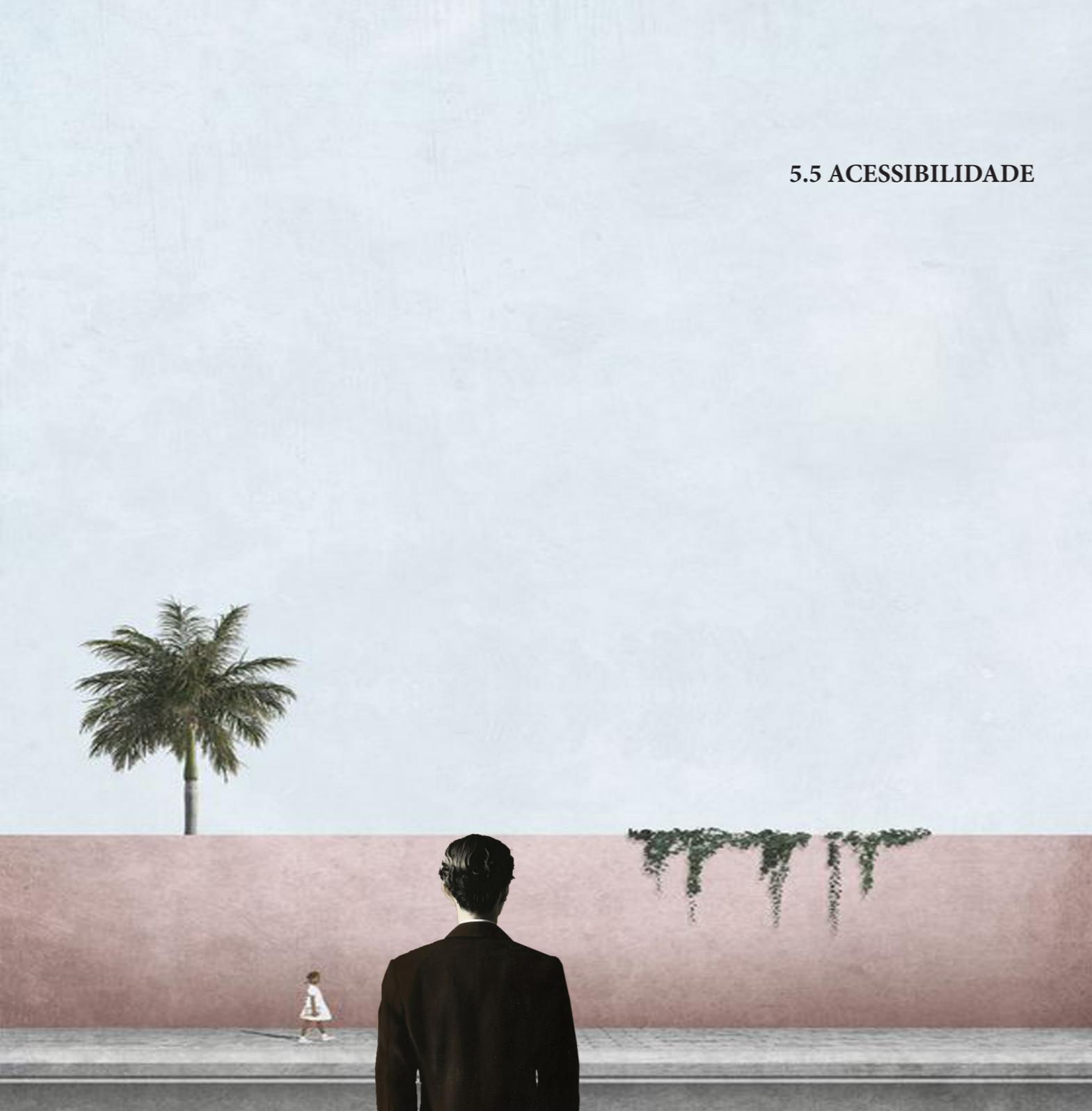


Fig. 03 Acesso ao Museu de Arte Sacra de Paraty (RJ)
Fonte: Núcleo Pró-Acesso/ UFRJ



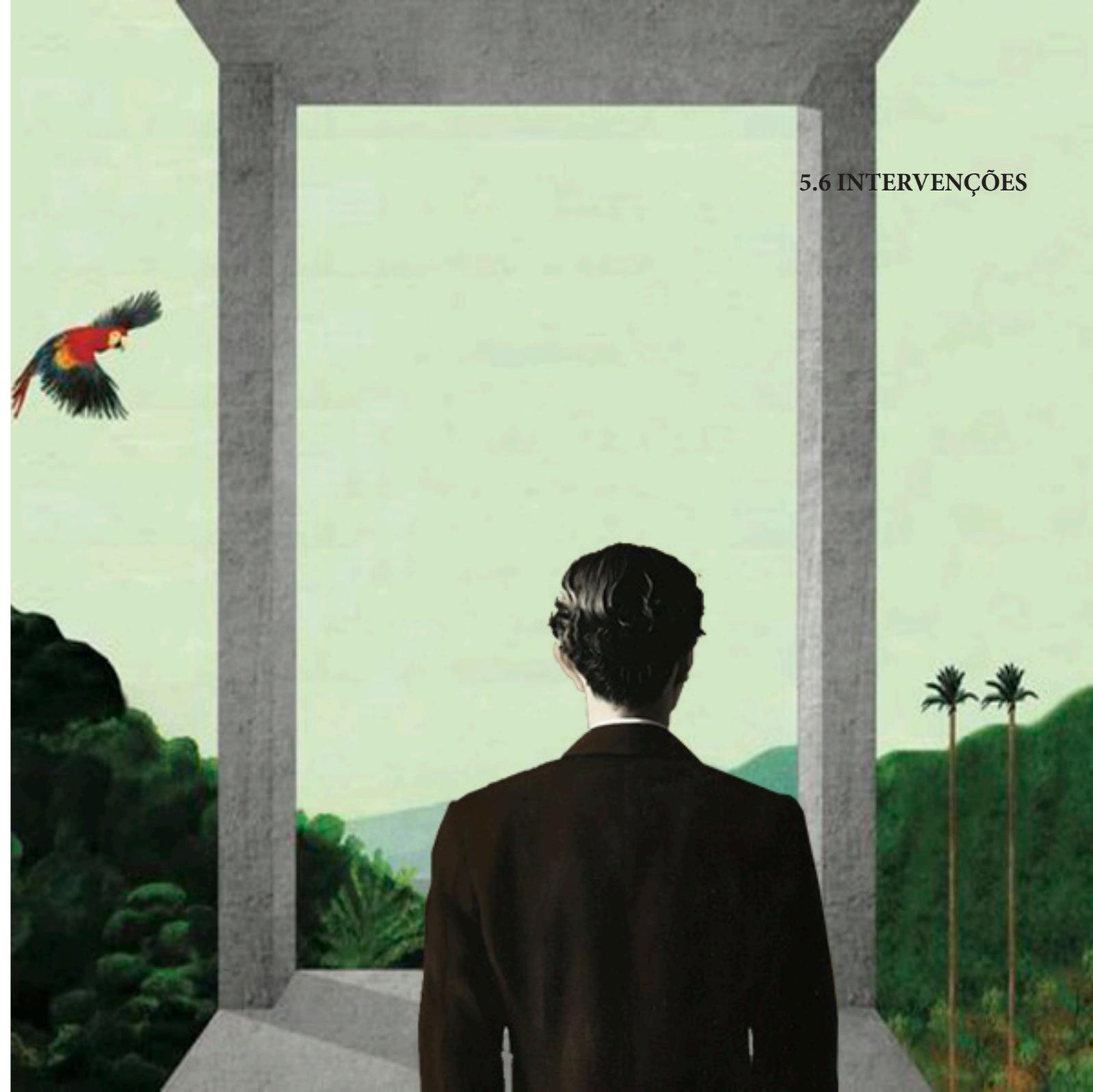
Fig. 04 Pessoa com deficiência visual: tocar, cheirar e sentir uma flor dos jardins do Museu Imperial de Petrópolis (RJ)
Fonte: Núcleo Pró-Acesso/ UFRJ

Como resposta a esse desafio de tornar áreas íngremes acessíveis, os funiculares são alternativas muito usadas hoje como forma de tornar acessível áreas muito íngremes. Por exemplo, o funicular de Sant Joan na Espanha realiza a subida em sete minutos de uma inclinação máxima de 65,5% até 1000 metros sobre o nível do mar.



Fig. 05 Funicular em Sant Joan na Espanha - Fonte: Montserrat Visita, 2017

5.6 INTERVENÇÕES



5.6.1 URBANISMO TÁTICO

Urbanismo tático é uma abordagem de caráter experimental, temporário, de baixo orçamento e de atuação local, no qual as intervenções almejam mudanças a longo prazo. Essa nova estratégia de urbanismo vem para contrapor o ritmo lento do planejamento urbano clássico que vem se tornando obsoleto devido a complexidade da realidade atual.

Diez (2016) pontua as características definidoras do urbanismo tático:

1. abordagem em fases, a fim de instigar a mudança de forma experimental
2. planejamento focado no local de intervenção
3. comprometimento de curto prazo e expectativas realísticas
4. baixo risco e, se possível, grande recompensa
5. incentivo ao desenvolvimento de capital social entre os habitantes e organização

O caráter experimental do urbanismo tático parte de que os projetos geralmente são concebidos a partir de materiais simples, baratos, reciclados e se possível de materiais excedentes disponíveis no local e se o resultado das práticas forem positivos, podem resultar em uma intervenção mais permanente. Devido a descrença com a burocracia e falta de resultados do urbanismo que atual, é comum que essas intervenções sejam iniciativas dos moradores locais ou pessoas que possuem usufruem do espaço com frequência e criam

um laço com o lugar, portanto as táticas são feitas de forma participativa e interdisciplinar. Diez (2016) salienta que as pessoas envolvidas no projeto tendem a criar maior vínculo com o lugar projetado e por conseguinte ajudam na manutenção e utilizam mais do espaço, atraindo mais pessoas para mais atividades. O urbanismo tático é a democratização do urbanismo atual que na teoria até pode ter esses conceitos, mas na prática é contaminado por um mercado seletivo e de interesses políticos.

O Coletivo URB-I tem feito diversas práticas urbanas em diferentes bairros de São Paulo, tendo resultados positivos e grande adesão da comunidade.

Fig. 06
Fig. 07
Fig. 08
São Miguel Mais Humana
Fonte: URB-I



Entre 2008 e 2009 com a grande recessão no Estados Unidos da América, os investimentos no desenvolvimento urbano foi reduzido, impulsionando assim movimentos independentes através do recurso DIY que traduzindo significa ‘faça você mesmo’, dando um ponta pé inicial para o conceito de urbanismo tático.

É importante compreender que o urbanismo tático não sobrepõe a importância de um planejamento e projeto. No urbanismo tático por pensar um espaço delimitado, o projeto tende a ser mais conciso e participativo, resultando em lugares vivos e com grande reconhecimento e apropriação da comunidade local. Em 2010, dois grupos de urbanistas nova iorquinos publicaram o Manual do urbanismo tático, o material foi disponibilizado online e teve grande número de acessos, compartilhamentos e downloads. Desde então tiveram 4 edições em inglês e outros países vieram a criar seus manuais em outras línguas.

Nos Estados Unidos a prática da “jardinagem de guerrilha”, como chamam o movimento que transforma lotes e espaços no meio urbano em jardins, vem se expandindo para outros países como forma de protesto e apropriação dos espaços públicos que se encontram abandonados. Hoje algumas dessas intervenções possuem proteção e cuidados por parte do governo local.



Fig. 09 Jardinagem de Guerrilha em ação em Londres, Reino Unido. Fonte: GuerillaGardening.org

Compreender a diferença entre estratégias e táticas é importante para saber em quais casos cabe cada instrumento.

Lydon (2012) distingue os termos como estratégia sendo uma ferramenta formal dos poderosos (governo), e tática como uma resposta do vulnerável (cidadãos).

No planejamento Urbano a estratégia se equivale ao Plano Diretor da cidade. O equivalente da tática no planejamento urbano é o uso temporário. Os táticos são pessoas que operam no âmbito local e portanto estão familiarizadas com as condições atuais da área, complementa Sato (2017).

Objetivos devem ser formulados e parcerias realizadas para que a implementação do planejamento urbano tático com metas compatíveis ou semelhantes seja bem sucedida. Os planejadores urbanos podem ser táticos, a tática e a estratégia são apenas aspectos distintos do mesmo processo.

5.6.2 PLACEMAKING

Placemaking é um termo em inglês que pode ser traduzido como “fazer um lugar”, e nada mais é do que o processo de planejar e criar espaços públicos que priorizem os usuários, visando transformar os espaços subutilizados em lugares para a comunidade que incitem uma maior interação entre as pessoas e por consequência uma comunidade mais participativa e saudável.

Os passos para a criação de um lugar de qualidade são pontuados por Heemann e Santiago no Guia do Espaço Público:

- criar espaços que estimulem a interação das pessoas entre si e com o lugar, ir além do design, criar um lugar
- saber observar o que espaço tem de potencial e ter visão para o espaço
- ouvir e observar as pessoas que vivem, trabalham ou visitam para pontuar suas necessidades e desejos, afinal o especialista é a comunidade.
- soluções simples, rápidas e econômicas
- estratégia da triangulação (pensar o projeto de forma que incite os usuários a interagir mesmo com quem não conhecem)
- fazer ensaios nos espaços (ver o que funciona e o que pode ser melhorado)
- pensar na forma como suporte para a função
- dar abertura para mudanças e intervenções nos lugares projetados

- espaços dinâmicos para uso de todas as idades a toda hora

Placemaking é sociável, flexível, inclusivo e colaborativo. É pensar primeiramente nas pessoas, depois no espaço e por fim na arquitetura.

A criação do espaço construído é a criação do espaço vivencial, tanto para o indivíduo quanto para o meio social, onde tudo e todos estão sempre em deslocamento, criar um lugar [...] É sentir o espaço, é pensar o espaço, é mover-se no espaço e vivenciar o espaço (OKAMOTO, 2002, p.149-150).

Cada lugar possui sua peculiaridade pois, as atividades ali inseridas estão diretamente ligadas com o padrão e as práticas sociais da comunidade local. O conceito de placemaking também está relacionado com o ‘experienciar’, a experiência é constituída de pensamento e sentimento. O espaço pode ser experienciado como uma localização relativa a outro lugar, como um espaço de ligação entre lugares, ou uma área composta por uma trama lugares.

Como exemplo de intervenções por meio do Placemaking, temos shows que aproveitam a acústica de um viaduto, cinemas ao ar livre, jogos de rua e balanços que se sustentam em estruturas da cidade.



Fig. 10 Show Acústico embaixo do viaduto em Ottawa
Fonte: Sarah Gelbard



Fig. 11 A cidade é para brincar
Fonte: Coletivo Basurama



Fig. 12 Placemaking são eventos
Fonte: TheFair



Fig. 13 Xadrez de Rua em Iowa Fonte: Sobreurbana

5.6.3 ARQUITETURA EFÊMERA / TEMPORALIDADE

“Dentre as várias artes responsáveis pela criação de signos, encontra-se uma que emprega cerca de 50% dos recursos naturais do planeta, e é responsável pelo descarte de 20% de todo o lixo produzido pela sociedade: a arquitetura.”
(EDWARDS, 2004, p. 1)

Diante do estímulo desenfreado ao consumo, e por conseguinte o descarte desses produtos é preciso reavaliar as verdadeiras intenções de projeto, a fim de conter esse processo ou minimizar sua consequência. O conceito de temporário é de certa forma abstrato, afinal todos os usos podem ser considerados temporários. Bishop e Williams (2012) argumentam que a temporalidade não pode ser baseada na natureza do uso, se o uso se classifica como formal ou informal, nem mesmo na escala, longevidade ou resistência do uso temporário, mas sim a intenção do usuário, construtor ou projetista, de que o uso deveria ser temporário. A temporalidade é a manifestação de um urbanismo dinâmico, flexível e adaptável, contribui para tornar a cidade mais receptiva a novas experiências e renovações.

“Todas as formas se mudam, decaem e perecem ou se transformam, são todas efêmeras e caducas, ao passo que a ideia ou substância é sempre viva, verde e eternal.”
(RIBEIRO, 1963, p. 87).

Robert Temel (2016 apud Pfeifer, 2013, p.12) distingue uso efêmero (vida útil curta) de uso provisório (substitutivo ou primeira etapa de um uso mais permanente), e argumenta que o uso temporário se encaixa entre os dois conceitos.

Os usos temporários apesar de terem um caráter provisório por natureza, não podem ser considerados apenas como uma medida atenuante para alcançar um fim, mas sim considerar que os projetos temporários possuem vantagens e qualidades específicas que projetos permanentes não possuem como a opção de aprimorar alguns pontos do projeto, mudar totalmente a proposta ou por fim se o projeto der certo instalar de forma mais permanente.

Dentro desse cenário de incerteza políticas e econômicas que vivenciamos no Brasil, o uso flexível e temporário pode ser vantajoso. Projetos que demandam compromissos, responsabilidades e obrigações a longo prazo encontram uma certa relutância a serem realizados. O uso temporário se mostra como uma alternativa coerente em contraponto ao urbanismo tradicional.

No entanto a transição entre permanente e temporário deve tomar um tempo considerável para que ferramentas de regularização sejam adequadas, e quanto mais os projetos temporários forem bem sucedidos, mais eles encontram seu caminho à serem incorporados às práticas cotidianas.

“Usos temporários têm a capacidade de expor conflitos existentes no local, sejam econômicos, sociais, ecológicos e culturais. Se forem bem sucedidos e durarem suficiente a ponto da comunidade se apropriar do espaço, poderiam motivar uma postura de resistência por parte dos usuários a quaisquer futuras incorporações no local.”(SATO, 2017, p. 19)

O poema de Mário Quintana pode servir de suporte para entender como essa arquitetura temporal pode acabar pela necessidade de findar-se ou pela morte natural do material.

Ars Longa

Um poema só termina por acidente de publicação ou de morte do autor.

Mário Quintana [in: Caderno H, Editora Globo - Porto Alegre, 1973]

É importante compreender que qualquer intervenção, mesmo que mínima, deixam cicatrizes no ideário coletivo. Como medida para evitar tal esgotamento e descarte dos recursos naturais logo pensamos em arquitetura “sustentável”, no entanto a sustentabilidade no Brasil ainda não reflete as necessidades e disposição reais de recursos da sociedade. Ainda assim o termo é aplicado como forma de amenizar e camuflar

uma intervenção danosa de alguns projetos, mesmo sem enquadrar-se. Scóz (2009) problematiza, sobre como essa contradição manifesta-se como uma necessidade, não de ‘ser’ mas de ‘parecer’.

Em meados 1960 arquitetos de todo o mundo reconhecem a inadequação da visão ocidental de modernismo e da arquitetura “maquinicista” que se expandia pelo mundo. Nasce então um movimento teórico, com rigor filosófico, denominado Metabolismo. O pensamento Metabolista questiona essa integração do homem x tecnologia, produto do modernismo e anseia por projetos que tenham a dinâmica de um ser vivo, em constante mudança, que cresça, sofra e se transforme. Se o nosso cotidiano está em mudança constante, a arquitetura deve ser capaz de se adaptar a essa realidade.

“A rigidez de uma obra frente às mudanças que exigem adequações sintáticas decorrentes de novos usos nutre o capital, mas castiga o planeta. A construção, demolição e reconstrução demandam não apenas um grande esforço humano, mas geram nesse processo diversos danos ambientais. A posição onde nos encontramos na ante-sala do esgotamento de recursos naturais brada por alternativas arquitetônicas que falem menos de modismos cíclicos e comportamentos frívolos. Falar sobre arquitetura também é um falar sobre o tempo.”
(SCÓZ, 2009, p. 51)

5.6.4

ANTIMUSEUS

Antimuseus são espaços alternativos que vem para contrapor o padrão museal de “cubo branco”. São espaços expositivos instalados em edificações existentes por meio de intervenções arquitetônicas que mantêm as características originais da construção. Conceito explorado em 1990 por Martin Grossman em sua tese de doutorado, é uma crítica ao modelo desenvolvimentista dos museus contemporâneos.

Antimuseu pode ser um ato, um posicionamento, uma iniciativa ou um museu com outra forma de apropriação, diferente do paradigma tradicional. Grossman (2017) faz uma analogia com a história da fotografia, entre essa quebra de conceito rígido de museu e de como evolução de personalidades e formas da fotografia deram origem ao cinema, deixando de ser imagem estática para uma imagem em movimento.

No antimuseu o público deve ser o protagonista, pois ele que dá vida ao museu, a ideia é para repensar a função da sociedade no desempenho do museu.

Como exemplos de antimuseus temos o Centre National d'Art et de Culture Georges-Pompidou em Paris e a Tate Modern de Londres - inserida na antiga central elétrica de Bankside - que tem espaços participativos voltados para o público de maneira interativa. Outros exemplos que se apropriam de edificações existentes:

CAPC - Centre d'Arts Plastiques Contemporains [Bordeaux - FR]

Edifício original: Alfandêga

Inauguração: 1974



Storefront for Art and Architecture [New York - EUA]

Edifício original: Térreo Comercial

Inauguração: 1982/93 (projeto de Steven Holl e Vito Acconci)

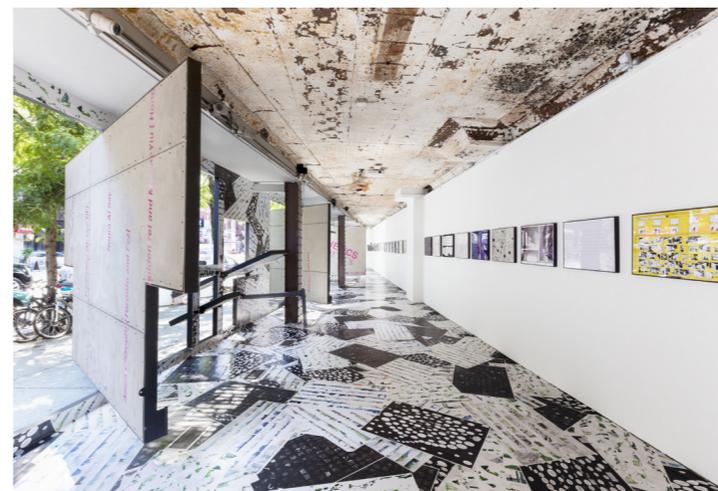


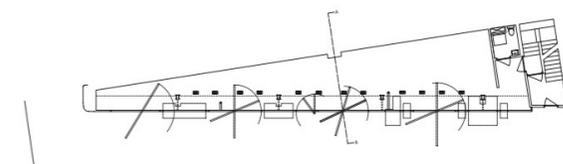
Fig. 14 I Fig. 11 Intervenção na Fachada do Museu
Fonte: WhoArtYou, 2013

Fig. 15 Exposição Stalker, 2004
Fonte: Marc Vernier, 2004

Fig. 16 Relação Storefront com a rua
Fonte: Cortesia Storefront for Art and Architecture

Fig. 17 Fig. 16 Planta Esquemática Storefront
Fonte: Cortesia Storefront for Art and Architecture

Fig. 18 Fachada Storefront
Fonte: Metalocus, 2018



6. REFERÊNCIAS PROJETUAIS

Parque de Pesquisa Ecológica em Bandirma, Turquia

Arquitetos: Zuhul Kol, Carlos Zarco Sanz, Jose Luis Hidalgo, Meliz Akyol, Sara Palomar, Baris Can Cuce, Rana Imam, Zeynep Kuheyilan, Ozan Sen

Emergindo contra uma paisagem dramática no centro industrial de Marmara - Bandirma (Turquia), o parque oferece uma exploração de oportunidades com seus diversos insumos programáticos, ecológicos e de infra-estrutura.



Esta recuperação da área de uma antiga periferia industrial/militar em um parque público, carrega o potencial de tornar-se um ponto de atração regional em Marmara. A tarefa assumida aqui é criar links e deixar emergir novas realidades através do estabelecimento de conexões e programas, permitindo que o parque seja ativado por novos canais e redes entre as pessoas, a ecologia e o entorno territorial.



Fig. 19
Fig. 20
Proposta Vencedora
Fonte: OpenAct.Architecture

Pavilhão Japonês - Bienal de Veneza 2009
Arquiteto Junya Ishigami

O jovem e promissor Junya Ishigami ganhou destaque após ser o arquiteto responsável pela obra-instalação do Japão na 11ª Bienal Internacional de Arquitetura de Veneza de 2009 com seu trabalho *Natureza Extrema*: paisagem de espaços ambíguos, que traduz seu original pensamento da relação intrínseca entre arquitetura e natureza. As estruturas metálicas leves se camuflam na paisagem ao serem tomadas pela vegetação, dissolvendo os limites entre abrigo e jardim.



Fig. 21 Pavilhão Japonês Fonte: Architizer

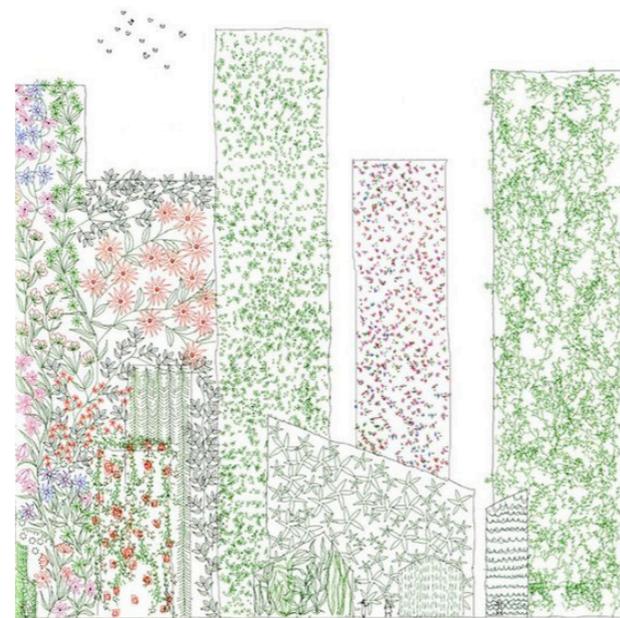


Fig. 22 Croqui Vista Pavilhão Japonês Fonte: Architizer



Fig. 23 Croqui Planta Pavilhão Japonês Fonte: Architizer

PF1

Construído no pátio do Centro de Arte Contemporânea P.S.1, a instalação temporária introduziu uma fazenda urbana em Nova York inteiramente com materiais biodegradáveis e recicláveis, o PF1 foi alimentado por energia solar e irrigado por um sistema de coleta de água da chuva. Durante todo o verão, a fazenda produziu mais de 50 variedades de frutas orgânicas, legumes e ervas que foram usadas pelo café do museu, servidas em eventos especiais e colhidas diretamente pelos visitantes.

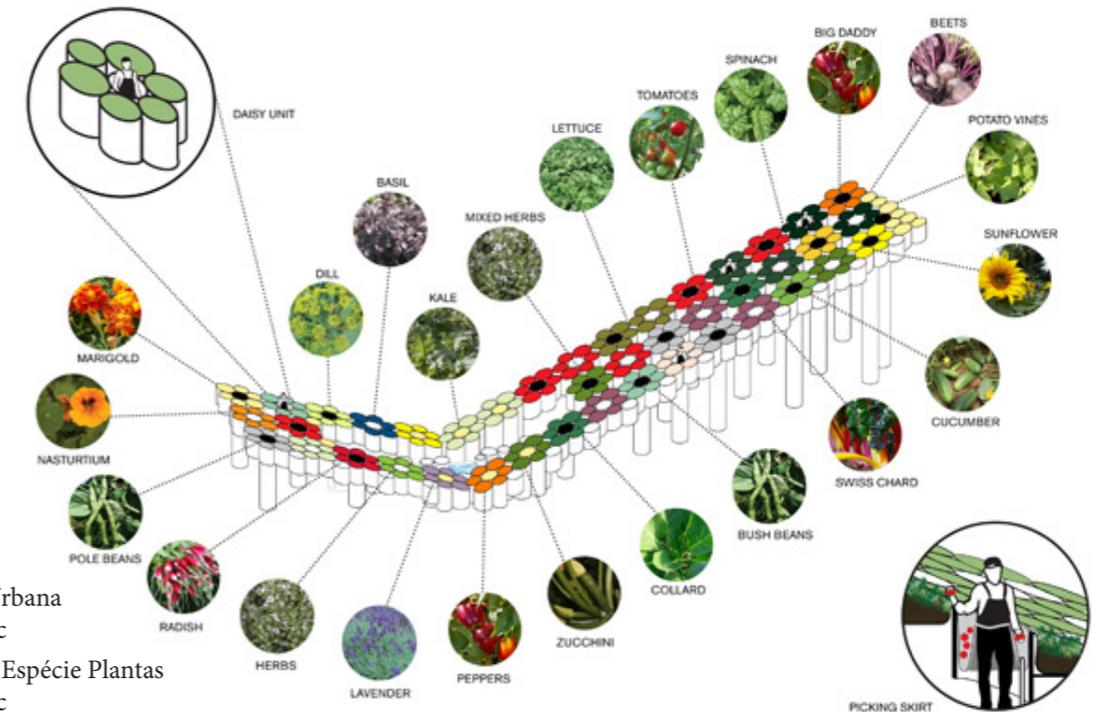


Fig. 24 - Horta Urbana
Fonte: WORK Ac

Fig. 25 Esquema Espécie Plantas
Fonte: WORK Ac

Matrix

A prática individual do arquiteto e designer americano Ken Isaacs (nascido em 1927, Peoria, Illinois) desafiou as definições convencionais do modernismo através de projetos que buscavam soluções radicais para os desafios espaciais e ambientais da vida moderna. Pré-fabricação, a modularidade, a simplicidade e as peças prontas para uso são bases para a construção das estruturas por Isaacs.

A partir de um sistema modular, leve e reconfigurável, esses projetos foram construídos usando uma grade tridimensional e tomaram a forma de unidades modulares chamadas estruturas vivas que unificaram as múltiplas funções de móveis e residências, tornando-se estruturas nômades e sustentáveis.¹



Fig. 25 Matrix na Praia Instalação 1967
Fonte: Cortesia Ken Isaacs

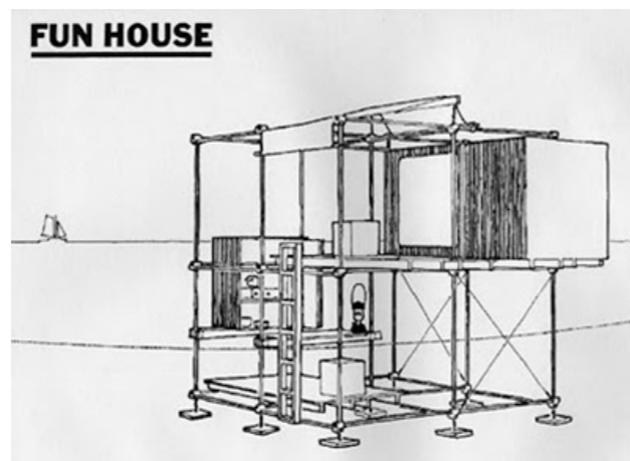


Fig. 26 Projeto Matrix na Praia Instalação 1967
Fonte: Cortesia Ken Isaacs

Galeria Lygia Pape

Projetada a partir de uma demanda da equipe curatorial do Inhotim para a construção de uma galeria específica para abrigar a obra da artista brasileira Lygia Pape, Ttéia 1C. As dimensões da galeria foram pré-estabelecidas pela instalação: um cubo de 21x21x6m. O prédio também deveria ser fechado e escuro, já que Ttéia é uma peça leve e iluminada.



Fig. 27 Fachada Galeria Fonte: Clarissa Lanari

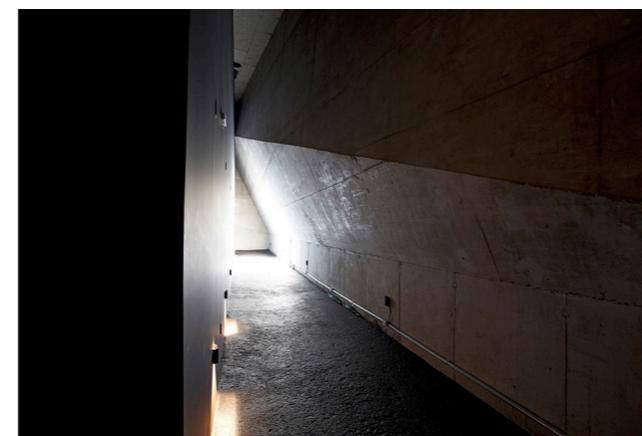


Fig. 26 Recorte para entrada de luz Fonte: Clarissa Lanari

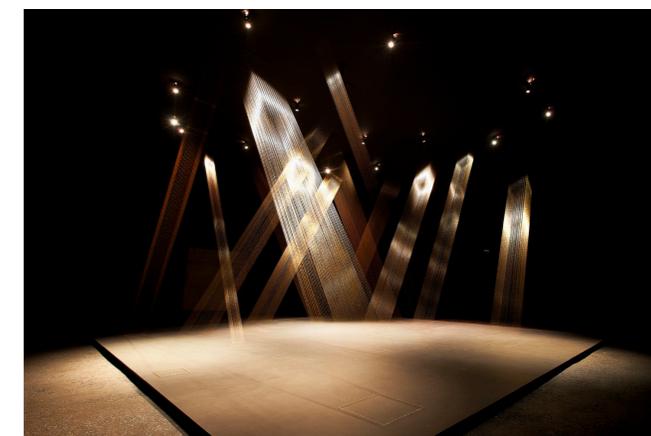


Fig. 28 Ttéia 1C Fonte: Clarissa Lanari

MULINU VIVU

Arquiteto: Damian Antoni

Na ilha de Córsega, um antigo moinho de água e seu entorno se convertem num centro ecológico aberto, utilizado como base para encontros, trilhas e natação. Também oferece um espaço educativo que explora as conexões entre a energia e a água, o passado e o presente.



Fig. 31



Fig. 32 Mulinu Vivu Fonte: Stéphane Guiraud

LUZ DE SHODOSHIMA

Arquiteto: Wen-Chih Wang

A cúpula foi construída com 5 mil árvores de bambu, cultivadas na ilha de Shodoshima no Japão, e iluminada à noite por LEDs.



Fig. 33 Vista Externa Pavilhão Fonte: David Billa, 2014



Fig. 34 Luz de Shodoshima Fonte: David Billa, 2014

7. DIAGNÓSTICO

LOCALIZAÇÃO

Situada no leste da Ilha de Santa Catarina, banhada pela Lagoa da Conceição, a Costa da Lagoa fica em média quarenta minutos de barco do ponto situado no centrinho da Lagoa. O caminho da Costa tem aproximadamente 5 quilômetros de extensão, no entanto a trilha continua até os 8 quilômetros, chegando a praia do saquinho. No decorrer do caminho da costa nos deparamos com núcleos de construções, são cinco vilas divididas nominalmente:

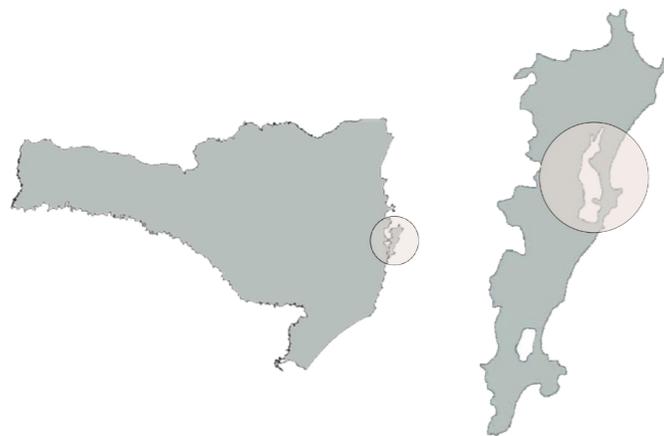


Fig. 35 - Mapa de aproximação da área
Fonte: Google Earth adaptado pela autora, 2018

1. A VILA VERDE

Predominantemente residencial, com apenas dois pequenos comércios pontuais no caminho; abriga o antigo engenho.

2. A PRAIA SECA

Entre redes e barcos, constroem suas casas. No caminho entre a praia seca e a baixada encontra-se o casarão da Dona Loquinha, construído em 1789.

3. A BAIXADA

Na mesma enseada da Praia Seca, após o “buraco de boi”; vila praticamente residencial.

4. VILA PRINCIPAL

Colada na Baixada, sem divisão específica. Abriga a maior parte do comércio da Costa, restaurantes, sorveteria, mercadinhos, lojas de artesanato. Concentra todos os equipamentos urbanos da região, a escola (até o quarto ano), o centro comunitário e a igreja.

5. A PRAIA DO SUL

A Praia do Sul foi berço da pesca, e da carpintaria naval junto à vila da Praia Seca na Costa da Lagoa. Famosa também por ser a vila mais “festeira”.



Fig. 36 - Mapa esquemático da separação das vilas na costa da lagoa
Fonte: Google Earth adaptado pela autora, 2018

HISTÓRICO / EVOLUÇÃO URBANA

Os primeiros vestígios de um povoamento na costa da lagoa, ainda que desgastados pela ação humana e do tempo, foram dos povos dos sambaquis, podemos encontrar na trilha oficinas líticas e ferramentas de pedra polida.

Por volta do século XVII, Francisco Dias Velho fundou o povoado da Nossa Senhora do Desterro. Em 1698, um segundo povoador chamado Padre Matheus de Leão adquiriu, junto com vinte casais, a sesmária ao norte que confrontava com a de Dias Velho ao sul, chamada sesmária de Nossa Senhora das Necessidades, que ia da Lagoa até o Rio Ratonés”
(Cabral, 1970, p. 72).

A colonização da Ilha de Santa Catarina foi vicentista, os quais vieram acompanhados de seus familiares, escravos negros e indígenas. Antunes da Luz (2014), entende a partir de registros históricos, que já no começo do século XVII, os índios que aqui permaneceram foram “amansados” e escravizados.

Havia dois caminhos consolidados em direção à lagoa, (um da sesmária do Pe. Matheus de Leão e outro vindo da sesmária de Francisco Dias Velho) antes mesmo da chegada dos colonizadores Açorianos, portanto a região da lagoa já teria seus “sítios”.

No período compreendido entre 1747 e 1756 a ocupação da Ilha tomou impulso. Devido aos constantes abalos sísmicos nas ilhas do arquipélago dos Açores em Portugal, bem como a superpopulação, serviram de estímulo para que cerca de cinco mil imigrantes açorianos fossem levados a colonizar a Ilha e o litoral catarinense. Piazza (1983) demonstra que em 1755 - já com os açorianos por aqui - havia 190 sítios em Santo Antônio, 150 na Lagoa e 200 em Desterro, uma boa parte deles produzindo farinha e tecidos com excedentes. Cada sítio continha em média sete pessoas e o espaço de terra era dado ao grupo para o estabelecimento das edificações necessárias e das roças.

Com o crescimento dos sítios e das produções, a cobertura vegetal da ilha foi consumida sem precedentes e não demorou um século para demonstrar que aquele modelo de exploração não era sustentável. Além de toda a agricultura que necessitava de desmatamento para sua execução, os engenhos e o ambiente doméstico também necessitavam de lenha, havia a exportação de madeira para móveis e para a indústria naval e lenha para o Uruguai. Isso fez com que 76 % da ilha fosse desmatada, e também uma boa parte das encostas do continente, segundo Caruso (1990). Ou seja, na primeira metade do século XIX, a ilha já estava em decadência econômica pela falta de lenha para todos os tipos de consumo, como também de madeira para construção de barcos e canoas, a paisagem da Ilha era de montanhas “peladas”. No século XX era comum o povoado da Costa da La-

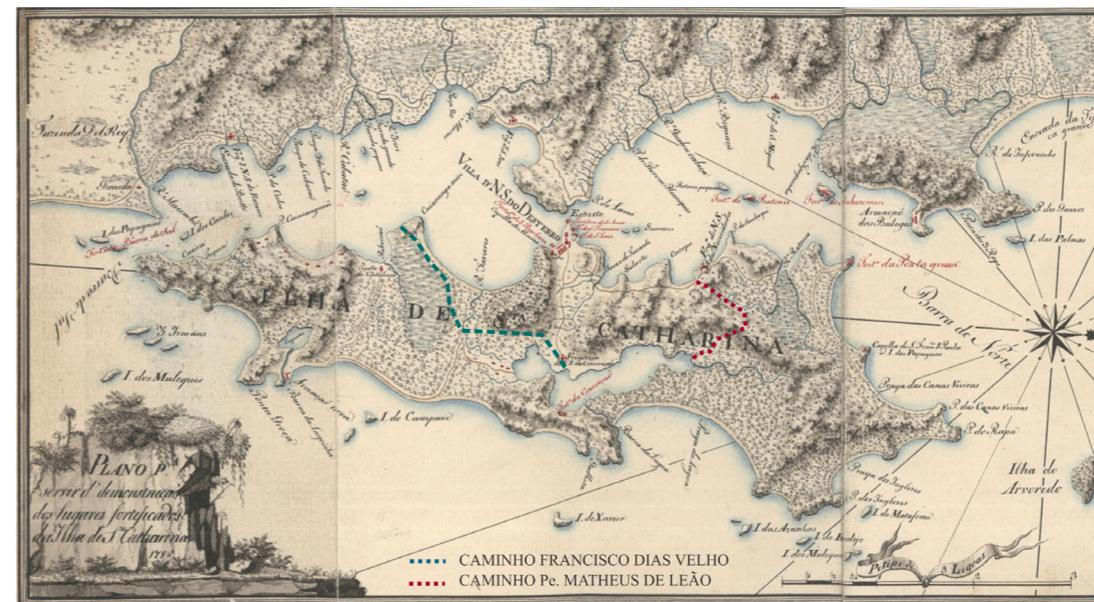


Fig. 37 Mapa Português da Ilha de Santa Catarina -1786
Fonte: Fortalezas.org adaptado pela autora, 2018

goa se deslocar primeiro pela trilha nos morros para depois então ir até o centro de canoa, carroça ou pé. Até a década de 1920, a maior parte da ilha mantinha como principal forma de subsistência a agricultura, em seguida a pesca e utilizavam o meio náutico para o transporte das mercadorias.

Segundo Adams (2011), com o fim da escravidão houve um êxodo de grande parte da população para o Rio Grande por ser um importante pólo pesqueiro, houve portanto uma diminuição na produção da mandioca e os engenhos ficaram abandonados, apodrecendo no tempo. Desapareceram alambiques, moendas e o barulho das rodas da água, restando somente as ruínas das paredes.

A população começou a se agrupar em pequenos núcleos pouco distantes entre si, que tomavam nomes

características particulares de cada lugar. Um deles era a Praia Seca, por não possuir fonte de água, outro era o núcleo dos Irmãos, por serem todos os moradores irmãos entre si. A manutenção da estrada por onde andavam cantando com os carros de boi, nas milhares de viagens que faziam de ida e volta no auge da produção nos engenhos foi se tornando um grande desafio. Os lugares por onde não havia mais um significativo fluxo de pessoas foi sendo tomado pelas plantações de café sombreado, ingazeiros, figueiras e bambuzais. A senhora Emilia Félix Ramos (Dona Lóquinha) em conversa com Adams (2011) conta que em 1920-30 seu avô ao passar a cavalo pelo caminho mandava cortar o cafezeiro cujos ramos cutucavam-lhe o chapéu.

Já por volta de 1945, ainda que restassem dezenas de

engenhos na costa, o transporte mais utilizado era o cavalo de selão. O selão eram balaios tramados de cipó e bambu, que pode-se encontrar na costa até hoje. Tinham inúmeras utilidades, desde o transporte da produção como mandioca e milho, até tijolos e areia para construção. Até essa época havia registro de 16 engenhos e 3 alambiques em funcionamento.

Desde a década de 1970 a costa passa por uma renovação, a atração pelo ecoturismo fez com que a comunidade da costa se adaptasse às novas oportunidades econômicas voltadas para o turismo gastronômico, para isso foi implementado um transporte náutico com barcos motorizados e com maior capacidade de passageiros, facilitando o acesso à costa. Houve também um aumento de interesse por pessoas de fora em adquirir terrenos na Costa devido a instalação da rede elétrica pela CELESC. Como resultado, nota-se um impacto na paisagem devido às mudanças nas formas tradicionais de construção e com a implantação de novas construções. As casas eram construídas de forma rudimentar e com materiais menos agressivos, principalmente a madeira e tijolo maciço, algumas rebocadas e outras não. Antunes da Luz (2014), em conversa com morador, conta como as antigas técnicas foram sendo substituídas por alvenaria, “para ficar igual ao banheiro”.

Como mencionado anteriormente, a paisagem da costa foi diferente do que vemos hoje, na exuberância de tons de verde a vegetação é recente e está se re-

gerando após o processo de agricultura predatória que ocorreu em todo o maciço do Morro da Lagoa, principalmente em função da cultura da mandioca. Hoje com mais de mil moradores vivendo em área de restrição ambiental, a comunidade Costa da Lagoa passa por uma transição de comunidade agrícola e pesqueira, para uma comunidade que se insere à contemporaneidade, ao mesmo tempo que busca manter suas características tradicionais e equilibrar seus anseios com as restrições ambientais.



Fig. 38 Imagem Satélite 2002 Fonte: Google Earth



Fig. 39 Imagem Satélite 2009 Fonte: Google Earth



Fig. 40 Imagem Satélite 2017 Fonte: Google Earth

LEGISLAÇÃO

As legislações aplicadas hoje, generalistas e conflitantes com os interesses culturais de lugares que necessitam de um olhar específico, não são compatíveis em um lugar que não tem as mesmas condições de urbanidade de um local que possua estrada ou rua asfaltada. Antunes da Luz (2014) faz uma analogia interessante de como na costa, o lugar de maior expressão da comunidade é a orla da praia, onde poderíamos dizer que é a “calçada” da comunidade e a área de trabalho da maioria. É na orla que estão as principais atividades, dos restaurantes, do transporte e da pesca, com seus objetos essenciais, como os atracadouros públicos e privados e as áreas de manutenção dos barcos. Portanto a legislação e suas normativas devem pensar as pedagogias para melhorar a infraestrutura desses espaços, pois grande parte da atividade econômica da comunidade depende e se desenvolve na orla da praia, pela atividade náutica, pela atratividade turística de alinhar gastronomia com frutos do mar e principalmente a lagoa como fonte de exploração contemplativa.

Além de ter que lidar com especulação imobiliária e a desvalorização das atividades tradicionais, a comunidade tem sido conflitante principalmente com as legislações ambientais. A elaboração de políticas públicas específicas, que visem a salvaguarda dos contextos tradicionais e a minimização de práticas construtivas errôneas em toda a extensão do caminho da costa são fundamentais para minimizar os impactos e as perdas

culturais, antes que se tornem irreversíveis.

O primeiro reconhecimento legal na região vem por meio do Decreto 274/86, que tomba o caminho da costa da lagoa e seu entorno como Patrimônio Histórico, Artístico e Natural.

O Plano Diretor de 2014 delimita toda a extensão da orla como área de preservação cultural (APC) e cria uma nova definição, única no município, para a costa da lagoa - Área Residencial Cultural (ARC) - que são áreas de desenvolvimento urbano peculiar, derivadas de formas de assentamentos culturais. Infelizmente, até hoje sem uma normatização para tornar a salvaguarda legítima, a porção que recebe esse ordenamento fica na parte que abriga a maior parte do comércio e onde encontra-se as áreas de comunitárias (ACI), a maior parte da costa ainda se concentra como área de preservação permanente (APP) as vilas restantes enquadram-se em áreas de preservação com uso limitado com uma taxa de ocupação de 10% (APL-E).

O IPHAN tem como proposta, por meio da Portaria 127/2009, a qual trata de Paisagens Culturais, aplicar e regulamentar o conceito na Paisagem da Costa da Lagoa, motivado principalmente pela singularidade cultural e seu patrimônio naval ainda mantido pela comunidade.

Fica claro que há um olhar do poder público sobre a Costa da Lagoa, órgãos ambientais, planejadores urbanos e órgãos que prezam pela preservação cultural. No entanto as leis são superficiais, e as propostas mesmo que existam não são continuadas e normatizadas, gerando uma falsa ideia de legitimidade. A falta de pedagogias patrimoniais e ambientais são questões preocupantes, pois é necessário educar e justificar as leis para que a comunidade se sinta incluída e tenha uma maior consciência da importância em preservar a paisagem e o patrimônio.

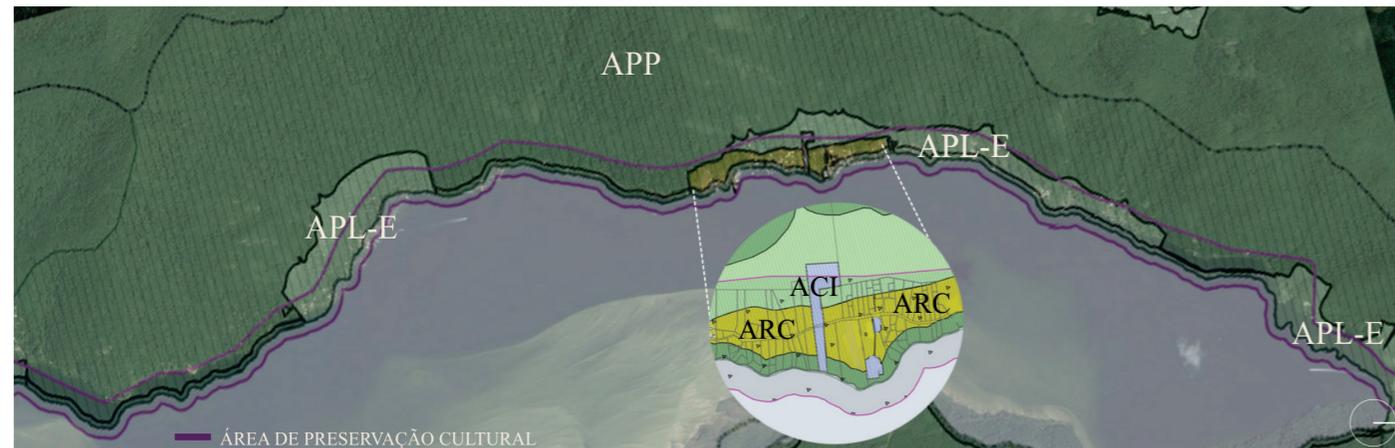


Fig. 41 - Geoprocessamento Plano Diretor de 2014 Fonte: Prefeitura de Florianópolis adaptado pela autora, 2018

Bassegio (2017), arquiteta do SEPHAN, em investigação e elaboração de estratégias para a preservação da paisagem cultural da costa traz a proposta de um novo zoneamento para área, que por meio de um abaixo-assinado proposto pela comunidade, reivindicam o zoneamento de ARC (Área Residencial Cultural) para a vila Verde, Praia Seca, Baixada e Praia do Sul, onde hoje se encontram como APL-E. Na área de preservação cultural, delimitada como toda

a extensão da Costa da Lagoa, devem ser incentivadas atividades que transmitam o conhecimento cultural e o saber fazer local, por meio de hortas comunitárias, construções por mutirões, replantio de árvores, entre outras. Todas essas atividades e usos em ARC e APL devem ser definidos através da elaboração de tabela de usos. Além disso, devem ser previstas áreas reservadas para lazer e atividades comunitárias, bem como áreas para abrigo e reparo de embarcações junto à orla.

USOS / EQUIPAMENTOS URBANOS

Comunidade exclusivamente residencial até 1980, os moradores tiveram a ideia de criar restaurantes impulsionados pelo turismo no local.

O primeiro restaurante à beira da lagoa, que no seu início servia apenas camarão e peixe frito, foi o bar/restaurante chamado “Lacosta”. Uma ideia do Nesinho que convenceu o seu irmão Valter a abrir esse comércio, num momento em que a Costa era “uma pobreza só”, como conta Nesinho:

“Vamos botar pra nós vender uma comidinha?!” O Valter era pescador pra caramba. Eu falei, “sou pedreiro e tu matas o camarão que a gente não precisa comprar”. E ele assim: “como é que vamos montar um bar se eu não tenho um conto e você não tem um conto?!” “Eu faço casas por aí e tenho crédito nas lojas, eu faço a compra do material e vou pagando devagar”. “E como é que nós vamos pagar?”, perguntou ele. Eu respondi: “Valter, quem vai pagar não somos nós, quem vai pagar é o povo que frequentar.” (ANTUNES DA LUZ, 2014, p.71)

O comércio mais significativo, que abriga os restaurantes, sorveteria e lojinhas ficam na Vila Principal, os poucos equipamentos urbanos da comunidade como o posto de saúde, centro comunitário e igreja também estão todos na Vila Principal. Ademais desses usos, toda a extensão da costa é residencial.

Práticas agrícolas: As práticas mais comuns são a colheita de frutos silvestres (amoras, acerola, araçá amarelo, cana de macaco, goiaba, pitanga, limão, açucena, beldroega, malvaisco, ora-pro-nobis e urtigão). Alguns moradores mantêm cultivos hortifruti, mas com dificuldade pela falta de insolação adequada devido o grande sombreamento pelas massa vegetal e do ataque de macacos-prego. Dois componentes bastante utilizados no passado são as nozes produzida pela Nogueira que podem ser utilizadas de inúmeras maneiras, principalmente para fazer o sabão e o café que restou de antigas plantações. Há a prática de queimadas dos bambuzais, com a finalidade de ouvir o “estouro” ao queimar e a renovação do solo.

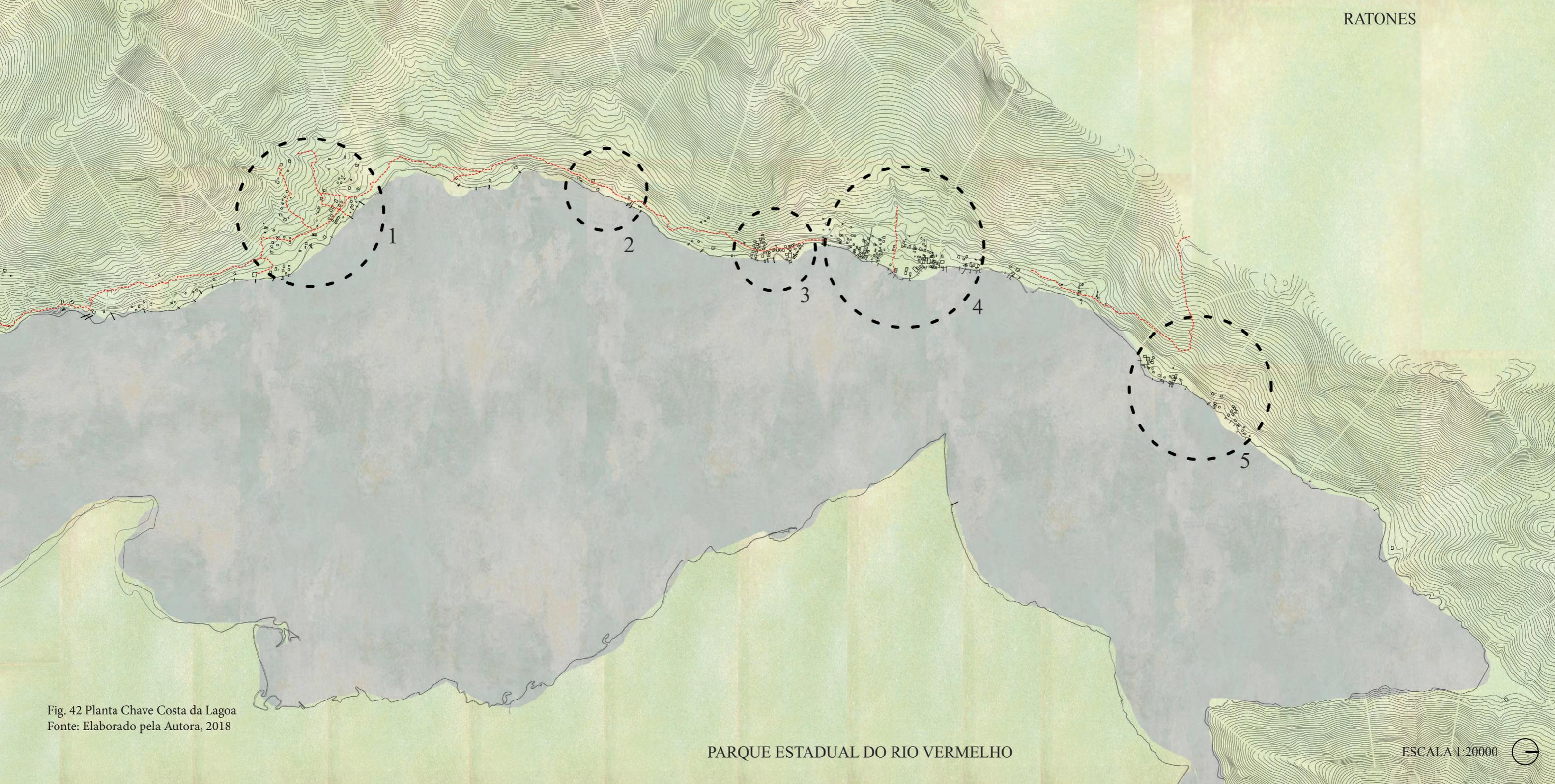


Fig. 42 Planta Chave Costa da Lagoa
Fonte: Elaborado pela Autora, 2018



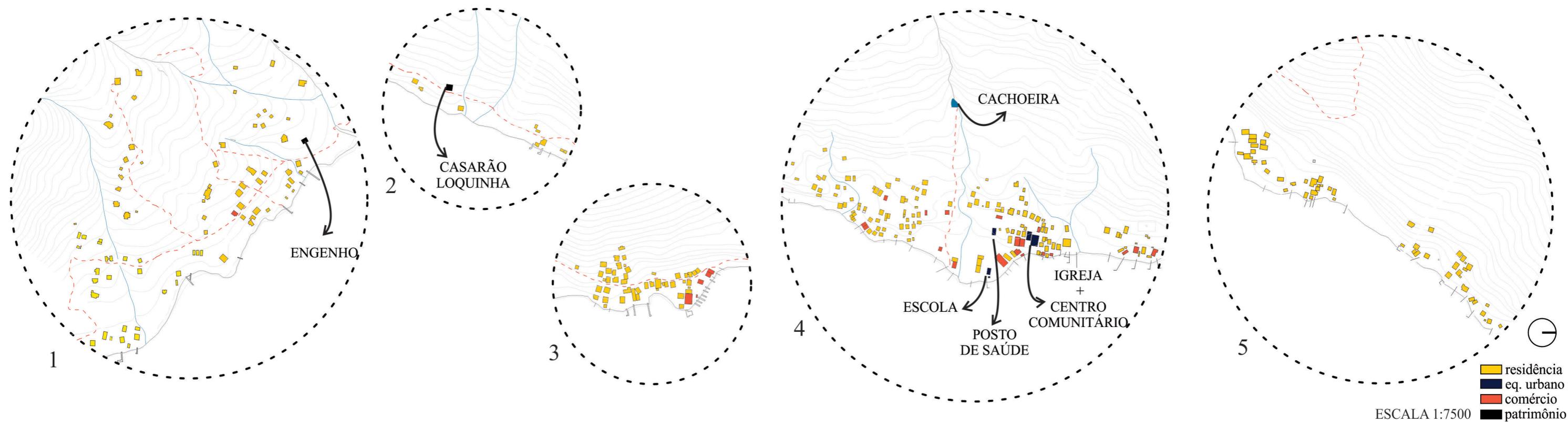


Fig. 43 Uso do Solo e Equipamentos Urbanos
Fonte: Elaborado pela Autora, 2018

PATRIMÔNIO

O “Caminho Histórico da Costa da Lagoa”, teve seu reconhecimento como conjunto histórico e paisagístico por meio do Decreto Municipal n.º 247/1986 que promove o tombamento do caminho principal e seu entorno. Sua área é compreendida desde o início da trilha na subida do valagão no canto dos Araçás e se estende até a praia do Saquinho.

Antunes da Luz (2014) conta que a comunidade organizou dois plebiscitos para a votação sobre a construção de uma estrada que ligaria o Canto dos Araçás à Costa. Nas duas ocasiões a maior parte da comunidade se mostrou contrária ao desenvolvimento dessa estrada. Com o decreto, foi possível conservar o traçado do caminho e consequentemente o deslocamento náutico como forma de acesso.

O tombamento foi justificado pela riqueza cultural múltipla, que abrange representantes materiais (engenhos, casarões, utensílios agrícolas e de pesca e oficinas líticas) e imateriais como os hábitos, a linguagem característica local, as manifestações culturais e a forma preservada de acessar a comunidade por barco ou a pé (IPUF, 1986)

Além da natureza exuberante, o caminho carrega vestígios da vida e cultura dos povos que ali viveram. Antiga passagem de carros de boi que davam suporte aos engenhos de cana e farinha e das plantações de café sombreado no século XVIII quando a atividade agrícola estava no ápice.

Desse processo de colonização restam poucos remanescentes edificados, um único engenho que fica localizado na Vila Verde e um casarão colonial construído com paredes de pedra e interior de estuque por mãos escravas (Sobrado da Dona Lóquinha). Ao longo do trilha é possível identificar ruínas de antigos casarões e a antiga estruturação do caminho com suas rampas de terra e pedra, que hoje sofrem com o assoreamento. Os representantes mais antigos são as oficinas líticas e as marcas de ocupação dos povos do sambaqui que podemos encontrar em pedras da cachoeira.

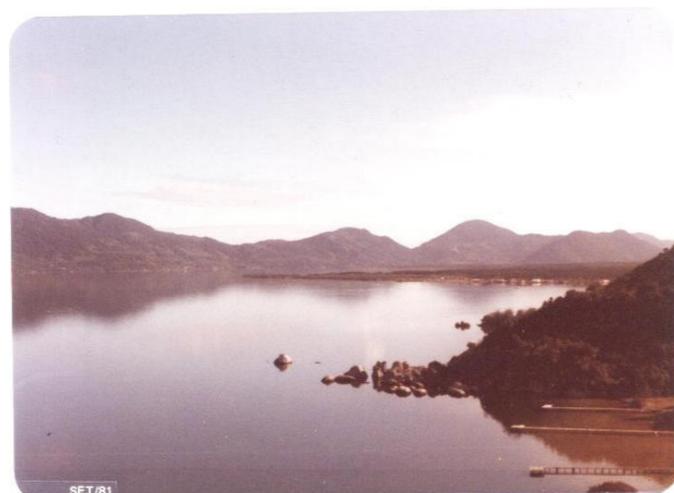


Fig. 44 Fotografia tirada da paisagem para o Projeto de Tombamento do Caminho da Costa em 1981. Fonte: Cesário Simões Junior



Fig. 45 Casarão Dona Loquinha (Vista Frontal)
Fonte: Autora, 2018



Fig. 46 Casarão Dona Loquinha (Vista Posterior)
Fonte: Autora, 2018

Isabel Kanan, arquiteta especialista em conservação e restauro, comenta em conversa informal com Antunes da Luz (2014) sobre a importância e a raridade de um exemplar de conjunto rural na Ilha de Santa Catarina e de como deveria ser preservado por meio de um projeto especial. Os cuidados e restauro do engenho foi feito totalmente por iniciativa da associação de moradores, que promove uma vez por ano o funcionamento deste para estimular a preservação e a cultura histórica local.



Fig. 47 Engenho de Farinha, Vila Verde
Fonte: Esdras Pio, 1995

ACESSOS E FLUXOS

O ordenamento territorial seguiu as tradições de arreamento do Brasil colonial, marcada pela abertura de vias estreitas e irregulares (orgânicas), construídas em conformidade com a topografia acidentada, destinadas ao fluxo de pessoas e de mercadorias.

A Costa ainda se mantém como uma comunidade tradicional de pescadores e a utilização do transporte náutico como sistema exclusivo de transporte de passageiros em conjunto com o tombamento do caminho geral da costa foram os fatores determinantes para a preservação da cultura e características paisagísticas. A decisão em não permitir a construção de uma estrada para acesso de veículos automotores, restringe a expansão urbana que seria impulsionada para a região com a implementação de uma rodovia. O acesso por terra se dá por uma única opção de caminho - a trilha. Já o acesso por meio de embarcações conta com duas 'linhas', Lagoa/Costa (Cooperbarco) e Parque do Rio Vermelho/Costa (Coopercosta). A linha que parte do Centrinho da Lagoa possui horários regulares e conta com 23 trapiches de parada instalados por toda extensão da costa. Além das embarcações públicas, muitas pessoas acessam o local por meio de embarcações privadas.

A questão da acessibilidade na costa da lagoa é um grande desafio: Área de difícil acesso, íngreme, com escadarias e calçadas estreitas e irregulares nas vilas, a maior parte da trilha é de chão batido e pedras, com

alguns trechos que tiveram intervenções com estruturas de madeira e concreto, tudo feito de forma informal e desconexa. Tratando-se de um caminho tombado como patrimônio cultural, qualquer intervenção deve ser pautada nos seguintes princípios: intervenção mínima, reversibilidade, manutenção máxima do substrato histórico utilização de materiais locais e legibilidade das intervenções. Outra questão importante, é compreender que falamos de um caminho, entando na prática trata-se de uma trilha.

É preciso definir qual será o tratamento dado, para delimitar as intervenções. A trilha possui aproximadamente 8 quilômetros de extensão, com alguns pontos de maior complexidade, sendo necessário escalar pedras, desviar de cursos d'água, não sendo viável portanto, tornar todo o percurso acessível a todos. Seria interessante pensar em criar pontos de acessos inclusivos nas vilas, desde o acesso aos barcos, passando pelo trapiche e o caminho até os pontos de maior interesse. É preciso compreender que a importância de construir uma comunidade acessível não visa apenas uma maior inclusão de um público externo, mas assegura que as pessoas da comunidade - idosos e pessoas com dificuldades diárias - possam acessar suas casas e os espaços públicos com qualidade.



Fig. 48 Esquema acessos principais e pontos de paradas.
Fonte: Google Earth adaptado pela autora, 2018

ASPECTOS AMBIENTAIS

A mata funciona como um amortecedor, retendo o ruído da cidade e inclusive sua poluição. Em dias quentes, ela ameniza a temperatura. A costa por estar voltada para o leste, é banhada todas as manhãs e entardeceres com exuberantes nascer do sol e da lua. Os ventos predominantes são o nordeste e o sul, sendo o último danoso para muitas embarcações atracadas devido à má implantação dos trapiches deixando-as no embate.

CURIOSIDADE: No engenho há uma prospecção de uma cruz na fachada sul, a qual significava uma forma de proteção contra os fortes ventos que incidem na região.

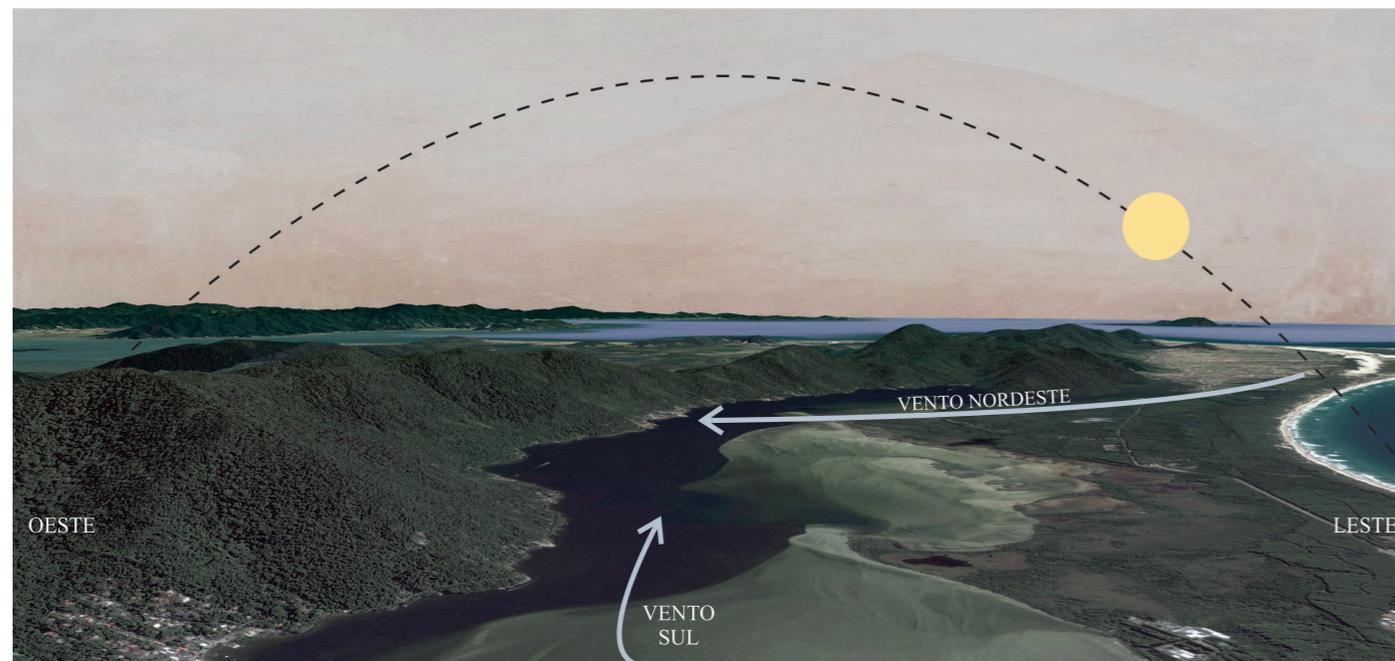


Fig. 49 - Esquema análise bioclimática
Fonte: Google Earth adaptado pela autora, 2018

INFRAESTRUTURA URBANA

A rede elétrica: Somente em 1982 chegou à localidade a rede elétrica, serviço oferecido pela companhia estatal CELESC. No entanto a instalação da infraestrutura foi feita na orla, não iluminando os caminhos e as vilas, dificultando os fluxos noturnos.

A água: O abastecimento de água é feito com captação de manancial superficial. O tratamento aplicado consiste num filtro de areia + desinfecção por cloração. A reservação e distribuição também é realizada pela comunidade, a qual é responsável pela manutenção da rede e qualidade da água distribuída. Ao longo de toda trilha as edificações captam água de nascentes junto ao morro ou poços cavados e são responsáveis individualmente pelos seus próprios abastecimentos, sem gestão e/ou acompanhamentos de qualidade pelo poder público. Não existe cadastro desses usos junto ao município.

O saneamento: Em 2002 foi implantada uma rede coletora, somente em 2015 foram construídas as quatro estações elevatórias e o tubo emissário. O esgoto então captado é transportado via emissário submarino para Rio Vermelho e direcionado a Estação de Tratamento de Esgotos/ETE da Barra da Lagoa, localizada no Parque do Rio Vermelho. As demais edificações adotam tratamento individual por residência. Após a Ação Civil Pública pelo Ministério Público Federal em 2000, a indicação é estação de tratamento individual por moradia, como incremento a melhoria da

qualidade da balneabilidade da água da Lagoa. Porém as edificações anteriores a Ação Civil estão desobrigadas desse cumprimento.

Os resíduos orgânicos: A COMCAP faz o recolhimento dos resíduos por meio das embarcações, no entanto grande parte da comunidade faz a sua própria compostagem nos quintais.



Fig. 50 - Esquema Saneamento Costa da Lagoa
Fonte: Diário Catarinense, 2010

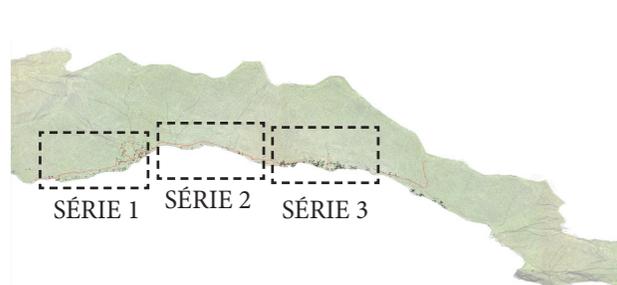


Fig. 49 Planta Chave Visão Seriada Fonte: Autora

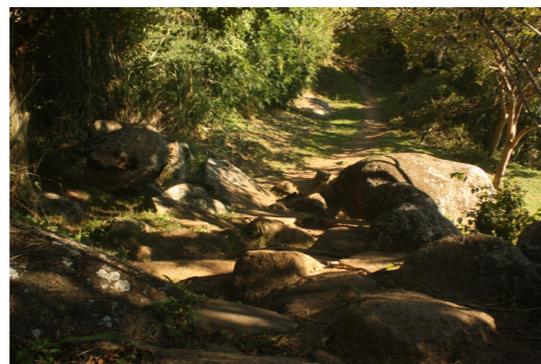


Fig. 52 Caminho Fonte: Autora 2018

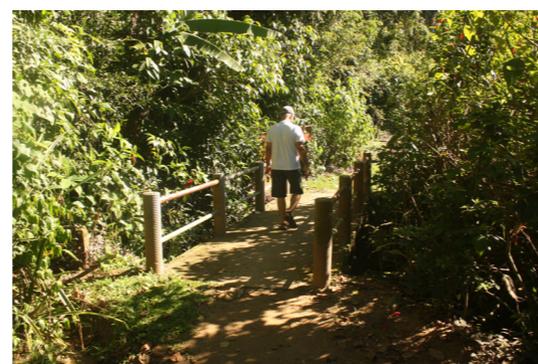


Fig. 55 Intervenção no Caminho Fonte: Autora 2018



Fig. 58 Oficina Lítica Fonte: Autora 2018



Fig. 50 Vista Mirante Fonte: Autora 2018



Fig. 53 Natureza Toma Conta Fonte: Autora 2018



Fig. 56 Vista Lateral Engenho Fonte: Autora 2018



Fig. 59 Marca de dedos em Cerâmica Fonte: Autora 2018

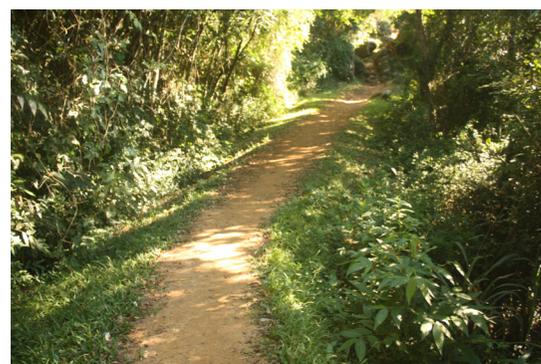


Fig. 51 Vista Mirante Fonte: Autora 2018



Fig. 54 Terreno Potencial Fonte: Autora 2018



Fig. 57 Rancho Pescadores Fonte: Autora 2018

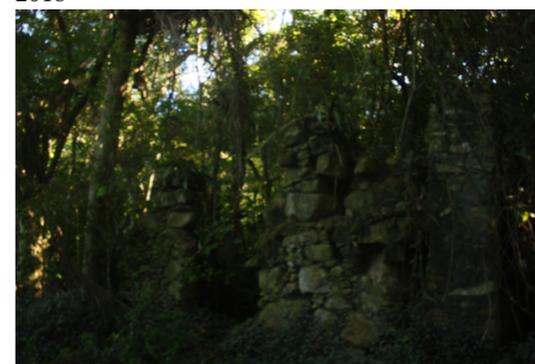


Fig. 60 Ruína no Caminho Fonte: Autora 2018

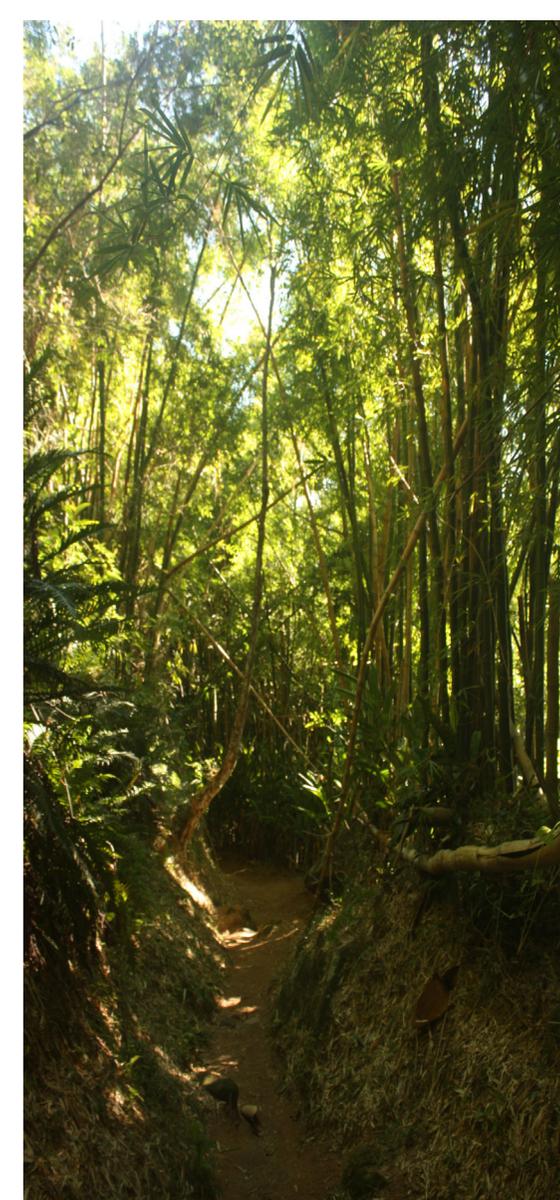


Fig. 61 Caminho Bambuzal Fonte: Autora 2018



Fig. 62 Acesso Fonte: Autora 2018



Fig. 64 Acesso Fonte: Autora 2018



Fig. 66 Caminho Fonte: Autora 2018



Fig. 68 Ranchos de Pesca Fonte: Autora 2018



Fig. 68 Casas na Baixada Fonte: Autora 2018



Fig. 63 Bar na Vila Verde Fonte: Autora 2018



Fig. 65 Acesso Ponto 8 Fonte: Autora 2018



Fig. 67 Subida Ingríme no Caminho Fonte: Autora 2018



Fig. 69 Antiga Casa do Engenho Fonte: Autora 2018



Fig. 71 Restaurantes Fonte: Autora 2018



Fig. 72 Início Vila Principal Fonte: Autora 2018



Fig. 74 Vila Principal (Vista Igreja) Fonte: Autora 2018



Fig. 76 Caminho Vila Principal (Vista Igreja) Fonte: Autora 2018



Fig. 78 Cachoeira Fonte: Autora 2018



Fig. 73 Escola na Vila Principal Fonte: Autora 2018



Fig. 75 Posto de Saúde na Vila Principal Fonte: Autora 2018



Fig. 77 Clareira ao lado da cachoeira Fonte: Autora 2018



Fig. 79 Ranchos Pescadores Fonte: Autora 2018

8. PARTIDO GERAL

*“A obra dos homens, consciente e normativa, é assediada pela força inconsciente e irrefreável da natureza, capaz de invadir a construção mais magnífica e colossal”
(BUTÍ e MANSANET, 2005, p.15)*

MEMÓRIA CULTURA LUGAR



CAMINHAR

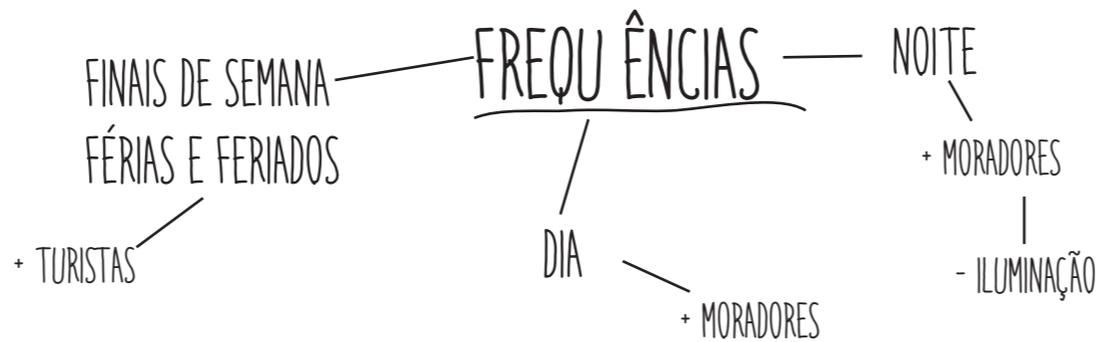


Fig. 81 Mapa Mental
Fonte: Autora 2018

INTENÇÕES PROJETAIS

A proposta se baseia em diferentes intervenções em áreas delimitadas como potenciais durante a pesquisa na Costa da Lagoa.

Cada proposta foi pensada a partir de materiais simples e, em alguns casos, de caráter temporário e experimental, desenvolvidas em acordo com as forças de cada lugar, considerando os usos, territórios, fluxos, e demais fatores que influenciam cada lugar. São propostas distintas que se interligam em uma trama de acontecimentos e promovem a ocupação do lugar, ao mesmo tempo que sugerem uma função, são suporte para a apropriação.

A partir desses ensaios é possível tornar os espaços hoje subutilizados em lugares de interação. O caráter temporário das intervenções é proposto na intenção de minimizar intervenções de grande impacto na

paisagem e natureza pois se trata de um espaço cultural natural, com inúmeras peculiaridades e limitações. A impermanência permite que as intervenções sofram adaptações e melhorias para posteriormente se desejado sejam postas em prática de maneira mais permanente.

Os cenários criados são propostos de maneiras colaborativa, por meio de táticas urbanas, resultados em lugares vivos e com maior reconhecimento por parte da população defendendo assim a prática do espaço.

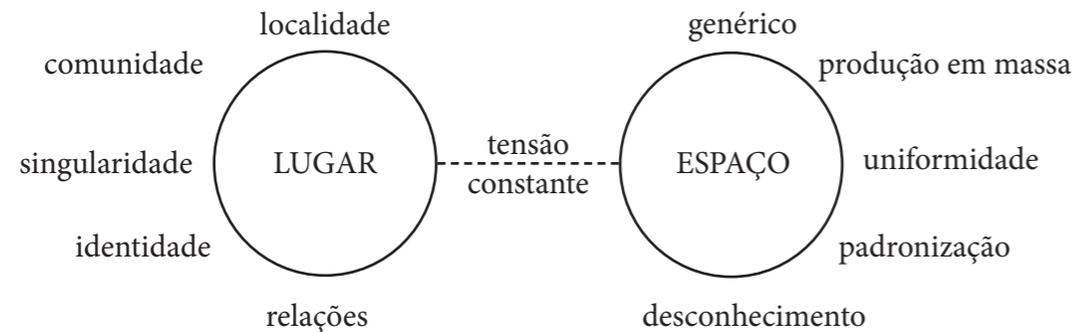
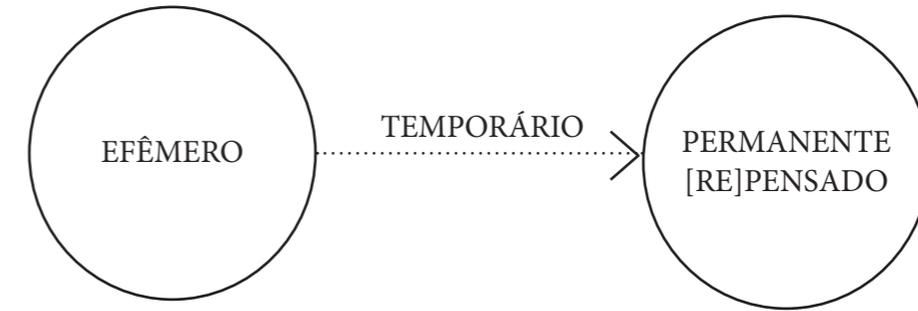


Fig. 82 Espaço x Lugar
Fonte: Autora 2018



[IMPERMANENTE] + [EXPERIMENTAL]



Fig. 83 Cenários Futuros
Fonte: Autora 2018

INTERVENÇÕES



Não vivemos em um espaço neutro e branco; não vivemos, não morremos e não amamos no retângulo de uma folha de papel. Vivemos, morremos e amamos em um espaço esquadrado, recortado, multicolor, com zonas claras e sombras, diferenças de níveis, degraus, cavidades, protuberâncias, regiões duras e outras quebradiças, penetráveis, porosas. (Foucault, 2009, p.23-4)

Fig. 84 Pontos de Intervenção
Fonte: Autora 2018



Fig. 85 Contadores de Mentiras
Fonte: Autora 2018

MATERIALIDADE

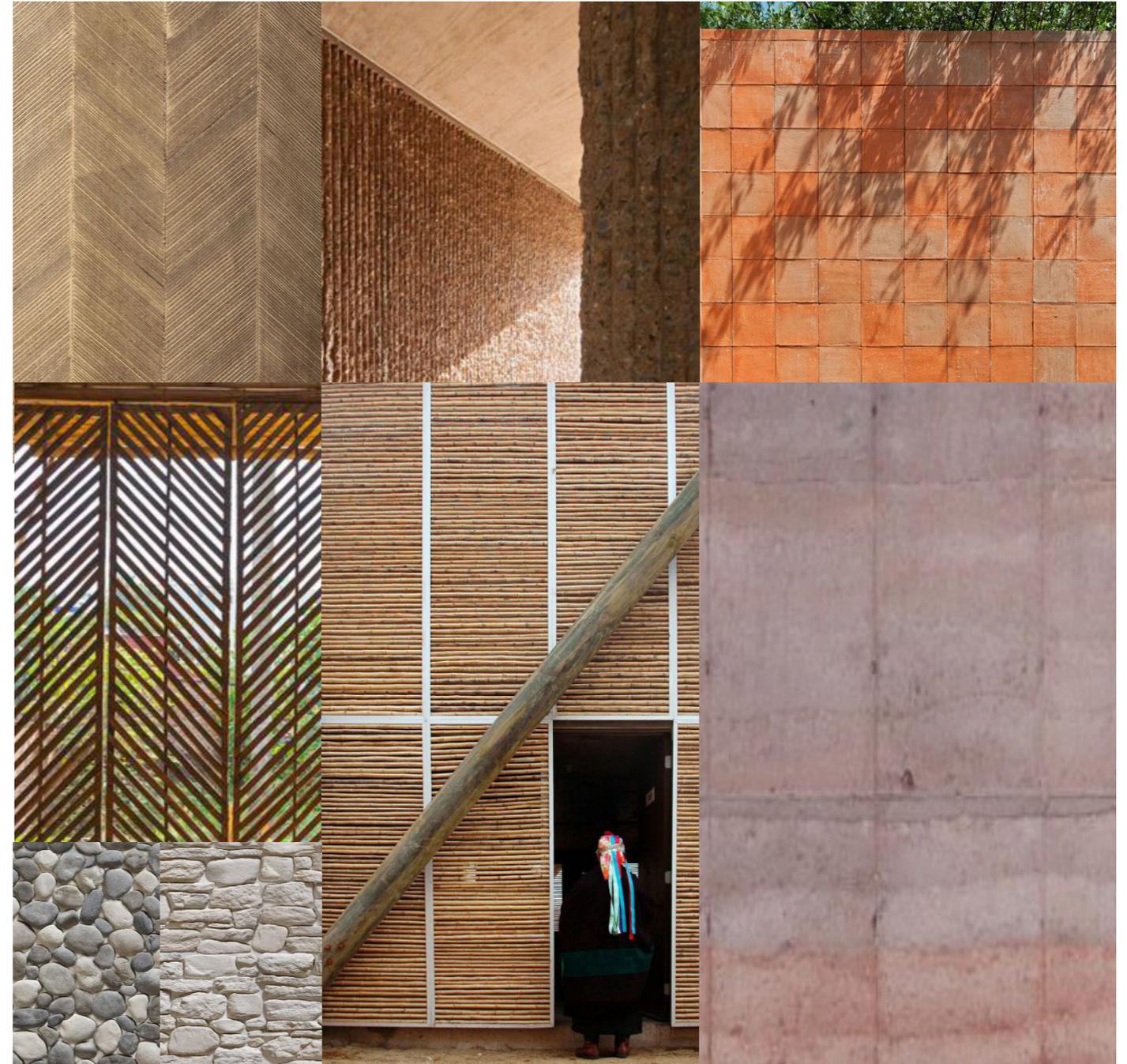


Fig. 86 Paleta de Materiais
Fonte: Autora 2018

MIRANTE



Fig. 87 Vista Panorâmica Mirante
Fonte: Autora 2018

O ponto escolhido para o mirante já usado para tal fim há algum tempo, no entanto hoje se encontra parcialmente bloqueado pela vegetação. A proposta é criar um mirante projetado no desnível otimizando a vista panorâmica da lagoa e do mar e criando a sensação de estar sobre uma árvore suspensa na água. O material escolhido para a proposta são ripas de madeira dispostas em tramas. No entorno do guarda-corpo aproveita-se a estrutura para criar bancos que permitem uma uso mais prolongado do espaço.



Fig. 88 Planta de locação
Fonte: Autora 2018



Fig. 89 Perspectiva Mirante
Fonte: Autora 2018

ATO ABERTO I



O Ato Aberto I é um espaço livre para experimentações e apropriações de acordo com as necessidades da comunidade. Em conversas com moradores, ficou claro a falta de um espaço para realizar seus encontros e festas locais, por exemplo, a procissão da nossa senhora dos navegantes, onde a comunidade se reúne, enfeita seus barcos fitas coloridas e navegam pela lagoa. Outro evento que há dois anos deixou de ser realizado por falta de um espaço é a farinhada do engenho.

O espaço aberto é um lugar de convivência, de resgate das origens e das relações interpessoais. Uma escadaria forma uma arquibancada com vista privilegiada para a lagoa e para a estrutura central, uma espécie de tenda com uma cobertura retrátil de palha, o “vazio” vem como forma de refletir o que pode ser feito de maneira comunitária. A estrutura de certa forma flutua suavemente e não pesa na paisagem, se encontrando em harmonia com o espaço natural. Cabos de aço tensionados dão suporte a estrutura e permitem que a vegetação encubra a estrutura retomando seu lugar e funcionando como barreira climática. A orla da lagoa, hoje tão escassa e privada, retoma sua conexão e protagonismo nesse espaço que se volta e abre para ela.



Fig. 90 Terreno Ponto 8
Fonte: Autora 2018



Fig. 91 Planta de localização
Fonte: Autora 2018



Fig. 92 Planta Esquemática
Fonte: Autora 2018



Fig. 93 Perspectiva Ato Aberto I
Fonte: Autora 2018

MEMORIAL [ENGENHO]



Dentro das intenções das propostas, tenho em mente a criação de um espaço mais introspectivo. Proponho portanto uma intervenção ao lado do antigo engenho, a qual passa despercebida aos olhos desatentos, camuflada sob um terreno que carrega muita história. A proposta trabalha com a dualidade a partir da arquitetura, o cheio/vazio, claro/escuro, agressivo/sereno e convida a uma imersão da memória local e pessoal.



Fig. 95 Vista Lateral Engenho
Fonte: Autora 2018

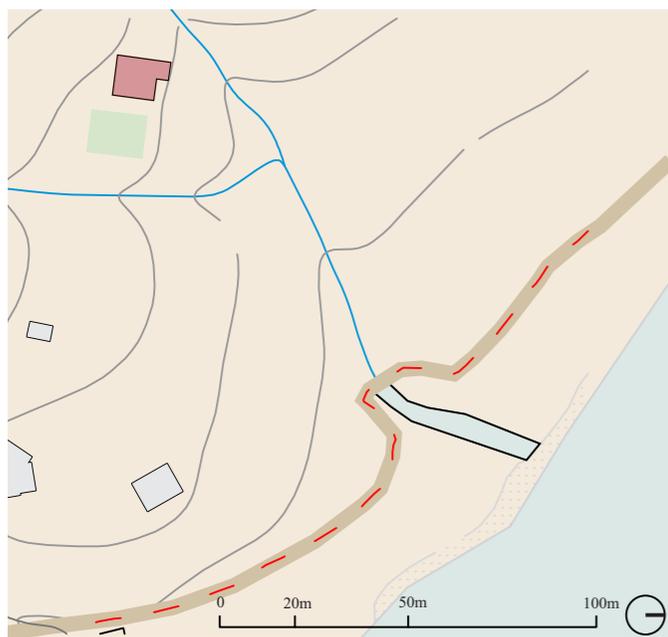
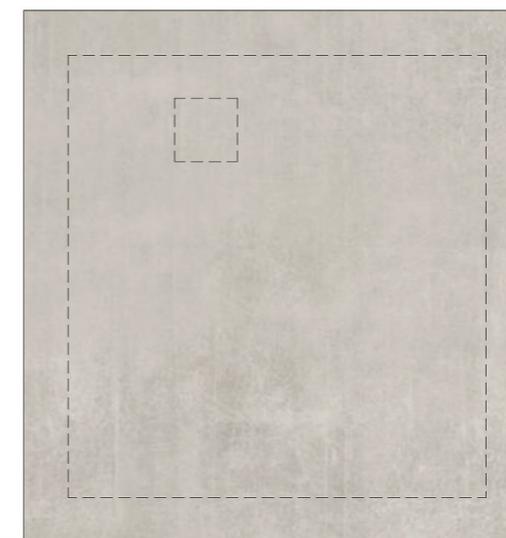


Fig. 94 Planta de Localização Memorial
Fonte: Autora 2018



vista superior

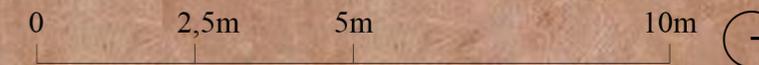
Uma escadaria leva para uma estrutura subterrânea, dando o início a imersão, as paredes com uma textura bruta se fecham sobre o usuário, incitando um mergulho dentro de si. O ambiente é somente iluminado por um pequeno recorte no teto, por onde incide a luz que realiza uma percurso dentro do ambiente. A intenção é que as sensações se alinhem ao pensamento, sendo uma experiência diferente em cada um, pois está diretamente ligada com a cognição.



planta esquemática



corte esquemático



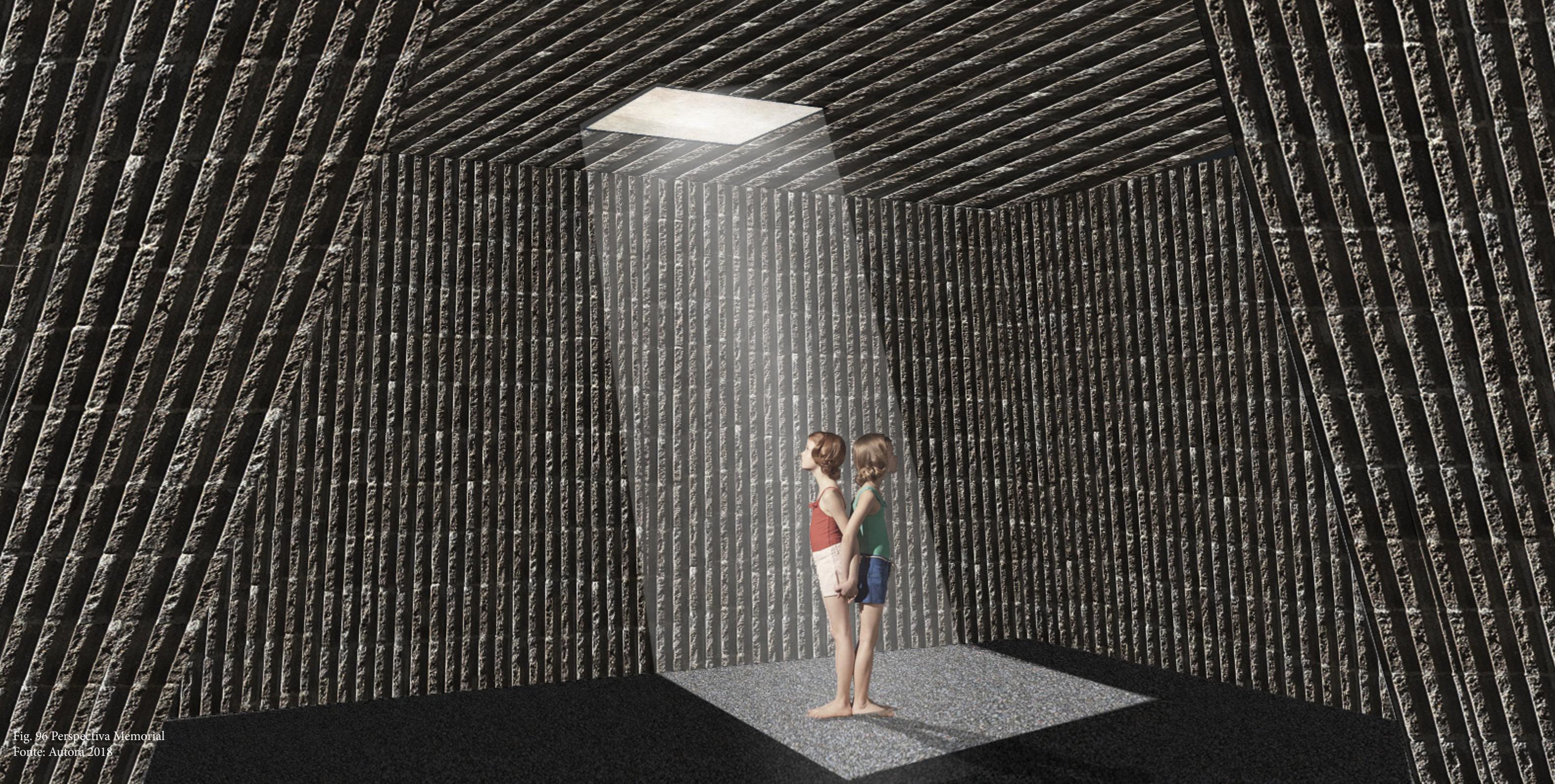


Fig. 96 Perspectiva Memorial
Fonte: Autora 2018

RANCHOS PESQUEIROS [01] [02]



Fig. 97 Ranchos Pesqueiros
Fonte: Autora 2018

A necessidade de espaços na orla para manutenção e fabricações dos barcos é solucionada de forma simples pelos pescadores que constroem seus ranchos. Alguns são fechados de madeira com telhas de cerâmica outros são abertos construídos com bambu.

Para criar uma uniformidade e permitir uma melhor qualidade funcional do espaço, a ideia é utilizar o bambu, material bastante acessível no local, e criar painéis pivotantes que permitam uma abertura em dias quentes e o fechamento em dias de ventos fortes. Para a cobertura leve e prática, tramas de piaçava.



Fig. 99 Ranchos Pesqueiros
Fonte: Autora 2018

RANCHOS 01

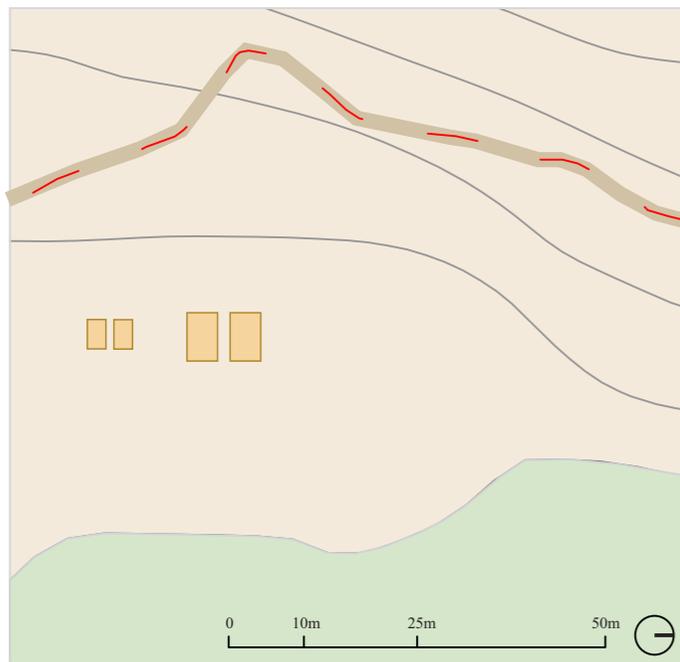


Fig. 98 Planta de Localização Ranchos 01
Fonte: Autora 2018

RANCHOS 02

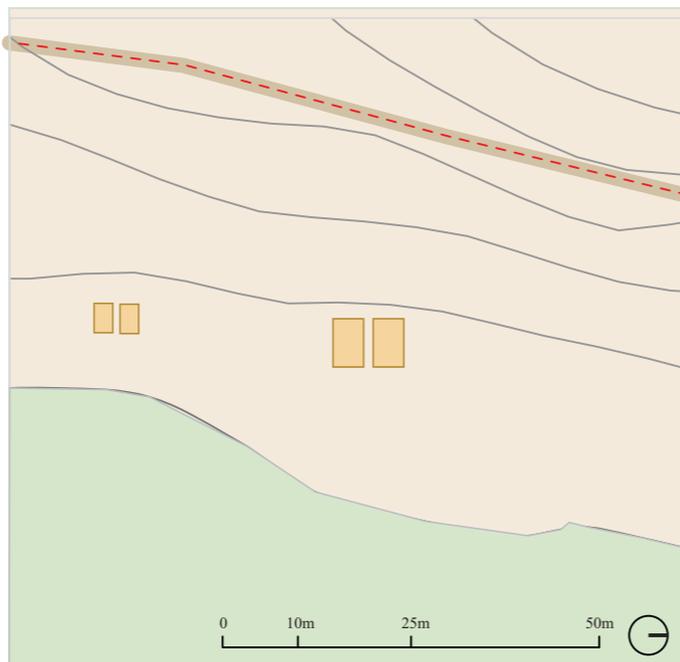


Fig. 100 Planta de Localização Ranchos 02
Fonte: Autora 2018



Fig. 101 Perspectiva Mirante
Fonte: Autora 2018

CASARÃO DONA LOQUINHA



O Sobrado da Dona Loquinha, construído aproximadamente em 1780 por mãos escravas, encontra-se de pé mesmo com rachaduras e perdas no reboco, a estrutura que tem mais de 200 anos carrega muita história e merece um uso adequado a fim de garantir sua manutenção e preservação para as futuras gerações. Na busca por uma utilização adequada para o casarão e com a intenção de não enrijecê-lo com a proposta de um espaço museal, foi pensado um espaço cultural aberto. O casarão possui dois níveis, o térreo fica colado no caminho, sendo passagem obrigatória por todos os caminhantes, portanto neste nível ficam exposições temporárias e vendas de artesanatos locais, fomentando a história local.



Fig. 103 Planta de Localização Casarão
Fonte: Autora 2018



Fig. 102 Casarão Vista Frontal
Fonte: Autora 2018

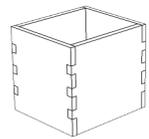


Fig. 104 Casarão Vista Posterior
Fonte: Autora 2018

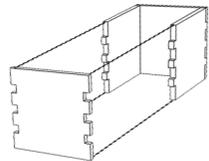


Fig. 105 Perspectiva Frontal
Fonte: Autora 2018

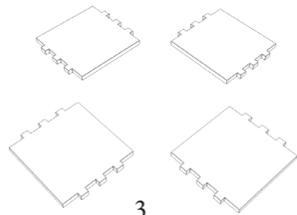
MOBILIÁRIO MODULAR



1



2



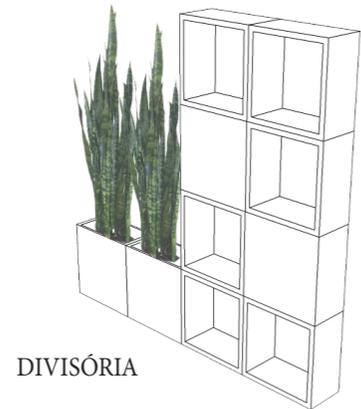
3

MÓDULOS
50 x 50 cm
50 x 25 cm

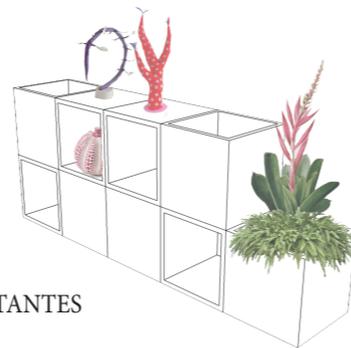
Para o segundo pavimento, com o suporte de um mobiliário modular, blocos 50x50 cm e 50x25 cm permitem que o espaço se transforme em oficina, reuniões, encontros, apresentações, eventos comunitários, o espaço se adapta conforme a necessidade. Com conexão para a antiga varanda onde se fazia a secagem dos alimentos, os usuários podem expandir as atividades para o exterior.



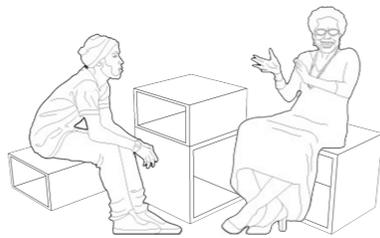
EXPOSITORES



DIVISÓRIA



ESTANTES



MESAS E BANCOS



ESTAR



Fig. 106 Perspectiva Posterior
Fonte: Autora 2018

PARQUE CACHOEIRA



Fig. 107 Clareira ao lado da cachoeira
Fonte: Autora 2018

A cachoeira é um dos pontos principais das atrações que o caminho da costa propõem, hoje conta com o suporte de alguns bancos e um quiosque que abre no verão.

O espaço escolhido para a intervenção é uma clareira a qual já mostra a apropriação da comunidade e as suas necessidades (Fig. 107).

A intervenção segue a linha de uma estrutura leve e esbelta, que se camufla na paisagem. São módulos que permitem a instalação de redes, balanços, hortas verticais, entre outras atividades. Escadas tipo marinheiro permitem que os usuários escalem as estruturas e aproveitem a cobertura como espaço para piqueniques, descanso e admirar a paisagem da lagoa vista do alto.



Fig. 108 Planta de Localização Parque Cachoeira
Fonte: Autora 2018



Fig. 109 Perspectiva Parque Cachoeira
Fonte: Autora 2018

ATO ABERTO II



As curandeiras eram muito comuns na Costa da Lagoa, seus conhecimentos a respeito de plantas medicinais e seus poderes de cura eram passados de geração para geração. Hoje a prática já não é mais utilizada e ricos conhecimentos estão se perdendo. A natureza da costa dispõe uma vasta riqueza de espécies de plantas medicinais que não estão sendo aproveitadas pela comunidade.

O terreno fica situado na vila principal, ao lado do posto de saúde. A proposta é trabalhar com módulos hexagonais que criem um tablado que permita que as pessoas usufruam do espaço como área de estar, levando suas cadeiras, redes, bancos e cangas, criando além de uma horta comunitária, um espaço de convivência. Há dois módulos hexagonais, um maciço que cria o tablado para circulação e estar e outro com profundidade para o plantio. O módulo cilíndrico com diferentes alturas é para o plantio de espécies maiores. A horta é aberta e experimental, os módulos permitem que ela se expanda ou diminua e que a comunidade e seus visitantes redescubram os sentidos através do manejo das plantas.

MÓDULOS

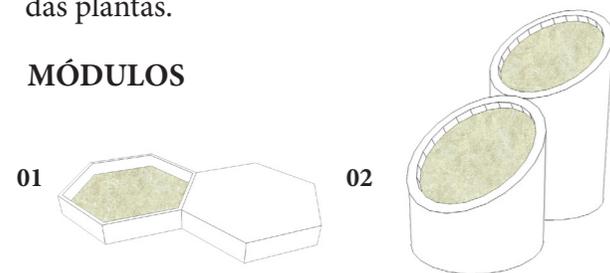


Fig. 110 Terreno ao lado do posto de saúde na Vila Principal
Fonte: Autora 2018

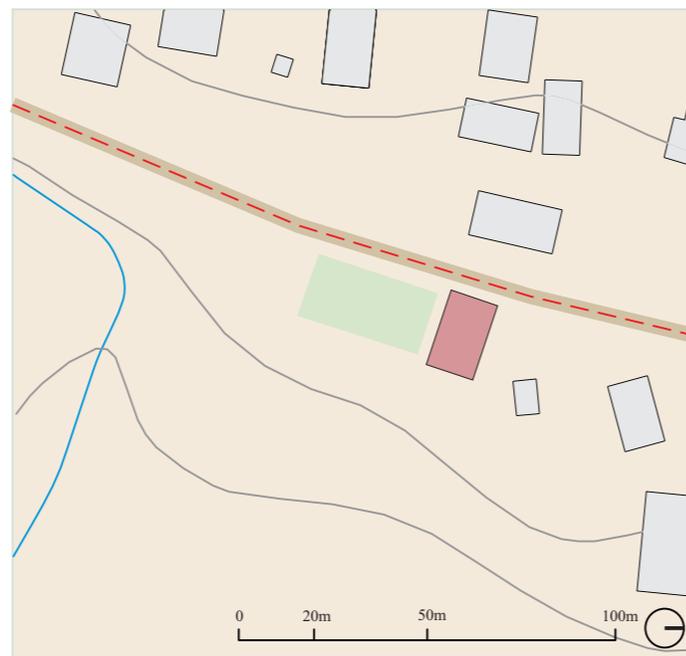
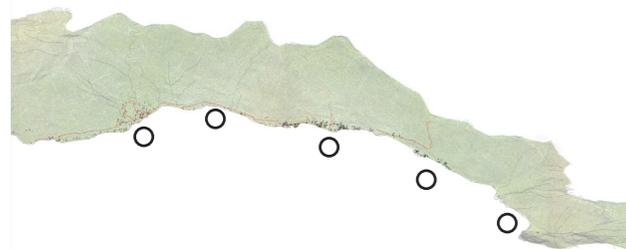


Fig. 111 Planta de Localização Ato Aberto II
Fonte: Autora 2018



Fig. 112 Perspectiva Ato Aberto II
Fonte: Autora 2018

ATO AQUÁTICO



Invocando a memória da paisagem da lagoa e uma memória pessoal, onde antigamente na porção da lagoa próxima à avenida das rendeiras havia muitas estruturas de madeiras que serviam de apoio para pesca e eram muito usadas pelas crianças para saltar na água.

Uma estrutura simples, que não causa impacto ambiental na saúde da lagoa e pode ser removida facilmente ou transportada para outro local.

O ato aquático permite que as novas gerações também tenham essa experiência e um maior contato com a água, trazendo os ensaios e apropriações para dentro da lagoa.

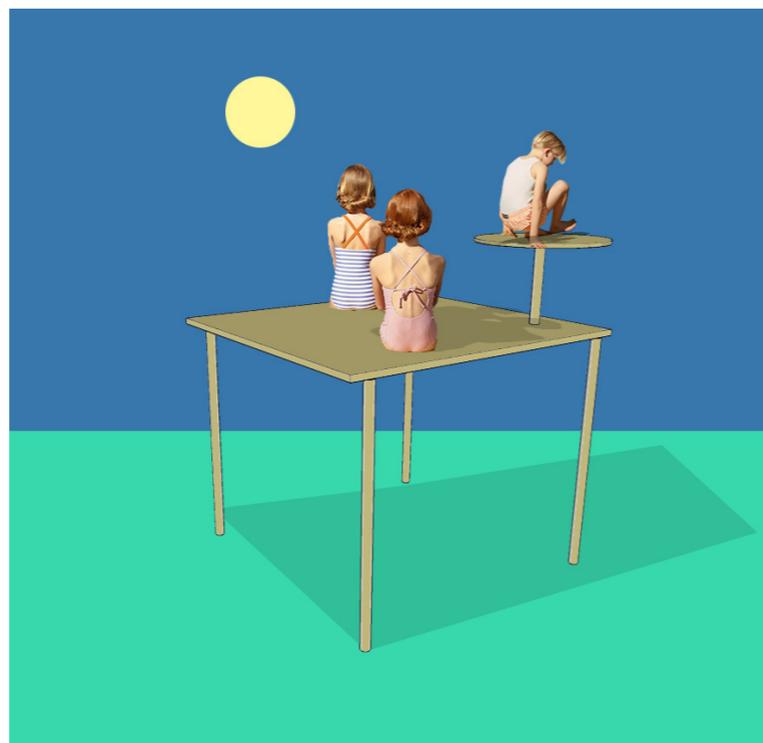


Fig. 113 Crianças no Ato Aquático
Fonte: Autora 2018



Fig. 114 Pescador no Ato Aquático
Fonte: Autora 2018

O CAMINHO

O Caminho da Costa da Lagoa é tombado como patrimônio cultural, no entanto hoje os cuidados e as soluções para as necessidades diárias de acessibilidade ficam a mercê da própria comunidade. Como proposta de tratamento para o caminho, buscando facilitar a circulação dos moradores e incentivar o uso noturno das intervenções, proponho balizadores que iluminam o caminho de forma branda sem impactar a dinâmica noturna natural dos animais e plantas. Outra questão é como solucionar o problema de erosão que o caminho vem sofrendo, as dificuldades de acesso às vilas e o calçamento em alguns pontos. É necessário propor uma normatização para o caminho, de modo que proteja o patrimônio e permita que

a comunidade e visitantes possam um caminhar de qualidade. Portanto proponho como diretrizes iniciais:

Para caminho geral, onde não há tantas casas, que seja feito um remanejamento das pedras locais e abertura de desvios na trilha para facilitar o caminhar em pontos de dificuldade e grandes inclinações.

Para as vilas onde há a necessidade de calçamento o uso de blocos verdes são uma alternativa mais sustentável pois utilizam casca de marisco em sua composição. E na medida do possível que sejam feitas rampas de acesso adequadas e/ou estrutura elevatória permitindo que o espaço se torne acessível a todos.



Fig. 114 Caminho Iluminado
Fonte: Arte de David Hockney adaptada pela autora, 2018

9. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O exercício deste trabalho foi ocupar-se em olhar as necessidades mais latentes da comunidade, os espaços que permitem uma intervenção e suscitam a memória cultural da Costa da Lagoa. Em resposta ao entendimento das necessidades da comunidade da costa e de como resgatar a memória por meio de intervenções arquitetônicas é que surgem as propostas aqui apresentadas.

O reconhecimento e compreensão das dinâmicas sociais contemporâneas foram imprescindíveis para o entendimento das propostas e intervenções. Essa arquitetura experimental pode ao mesmo tempo responder aos anseios sociais e se adequar a dinâmica social do lugar e o meio em que se insere.

Divagações foram feitas sobre o papel do arquiteto e de como exercer a profissão, em como intervir nos espaços e ao mesmo tempo democratizar a arquitetura e o urbanismo, de modo que o protagonismo e o direito de intervir retorne à comunidade. Os espaços públicos tem um papel pedagógico e transformador, experiências de qualidade podem mudar a percepção e olhar do usuários a respeito do lugar. As propostas de intervenção aqui apresentadas não acabam após o desenho da implantação, a programação de eventos públicos, oficinas, reuniões, e a manutenção são de extrema importância para que a vivacidade dos espaços sejam afirmadas.

No Brasil, não temos a cultura da experimentação, da importância do processo, espera-se dos projetos e políticas públicas um êxito completo e imediato. A intenção experimental, que permeia a lógica do urbanismo tático, onde os espaços propostos estão abertos para apropriações, mudanças conforme a necessidade

e melhorias, devolve a comunidade o protagonismo dos seu lugar. O ato de observar a influência dos espaços sobre a dinâmica das pessoas me permitiu compreender como pequenas atitudes e estruturas simples podem auxiliar para que as práticas desejadas sejam realizadas e melhorem a interação de uma comunidade e seus visitantes. As intervenções surgem das atividades e usos dos lugares, mas além de serem um amparo, buscam atuar como um eco do que o público deseja, incitando a apropriação, a fruição, a desaceleração, encontros, sociabilização, o lúdico, os conflitos e mais tudo aquilo que um espaço público humanizado possa ser palco. Elas vem em formas de ensaios, pois permite testar os usos, os discursos e as possibilidades, as ideias, tensões, utopias, sutilezas, formas, tamanhos e cores... e assim discutir como se está vivendo e como se busca viver.

10. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADAMS, B. **Preservação Urbana: gestão e resgate de uma história: patrimônio de Florianópolis**. Florianópolis: UFSC, 2002

AFONSO, Sônia. **Urbanização de encostas: Projetando a arquitetura da paisagem**. 2001. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

ANTUNES DA LUZ, E. P. **Na reversa do Vento: a cultura náutica da Costa da Lagoa – Florianópolis/SC**. 2014. 160 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Socioambiental) – Centro de Ciências Humanas e da Educação, Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

BARROS, Renan de Mendonça. **Estudo das relações do moradores de Costa da Lagoa com o ambiente e a paisagem**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

BASEGGIO, Karina. **Investigações e Estratégias para a Preservação da Paisagem Cultural da Costa da Lagoa**. 2017. Trabalho de Capacitação em Gestão do Patrimônio. Florianópolis, 2017

RAMOS, Jéssica W.R. **Reestruturação da Trilha da Costa da Lagoa**. Trabalho de Conclusão de Curso – Turismo/FASSESC. Florianópolis, 2012.

CARDOSO, E; CUTY J. **Acessibilidade em Ambientes Culturais**. 1 ed. Porto Alegre: Editora Marca

Visual, 2012.

CASTELLO, Lineu. **Repensando o lugar no projeto urbano. Variações na percepção de lugar na virada do milênio (1985-2004)**. 2005. Tese de Doutorado - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005.

DE LUCA, Virgínia. **O Patrimônio Arquitetônico e Paisagem Cultural em Sítios Históricos Rurais de Imigração Italiana**. 2007. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

DELPHIM, Carlos F. de M. **O Patrimônio Natural do Brasil**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

FERRARA, Lucrecia D' Aléssio. **Olhar periférico: informação, linguagem, percepção ambiental**. 2. ed. São Paulo: Ed. EDUSP, 1999.

EDWARDS, Brian. **Guia Básico da Sustentabilidade**. Barcelona: Gustavo Gili, 2004

FERRARA, Lucrecia D' Aléssio. **Olhar periférico: informação, linguagem, percepção ambiental**. 2. ed. São Paulo: Ed. EDUSP, 1999.

HOFFMAN, Felipe. **O espaço construído na produção de lugares de memória: Reflexões sobre museus e lugares de memória do trauma, estudos de caso em Belo Horizonte**. 2015. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2015.

IPUF – INSTITUTO DE PLANEJAMENTO URBANO DE FLORIANÓPOLIS. Plano Diretor de Urbanismo do Município de Florianópolis (Lei Complementar n. 482/2014). Florianópolis, 2014.

MACEDO, Wesley - ANTIMUSEU - 2013 <<https://issuu.com/wesleymacedo/docs/anti-museus>> Acesso em: 10 de março de 2018.

OKAMOTO, J. **Percepção ambiental e comportamento**. São Paulo: Editora Mackenzie, 2002

ROBERTO C. G. CASTRO. Exposição em cartaz na Pinacoteca é “antimuseu”, diz Grossmann. Jornal da USP. São Paulo. 29/03/2017

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado**. São Paulo: Editora Hucitec, 1988.

SCÓZ, Eduardo. **Arquitetura Efêmera: O repertório do arquiteto revelado em obras temporárias**. 2009. Dissertação de Mestrado - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

_____. WEISSHEIMER, M. R. (Org). Livroto da Paisagem Cultural. Brasília: IPHAN, 2009.

_____. Portaria n 127, de 30 de Abril de 2009. Estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira.

_____. Coordenação da Paisagem Cultural. Reflexões sobre a chancela da Paisagem Cultural Brasileira. Brasília: IPHAN, 2011.